

Carolina Becker Peçanha

**O DEBATE NOS JORNAIS MOÇAMBICANOS SOBRE A
PRESENÇA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS EM
MOÇAMBIQUE ENTRE OS ANOS 2008 A 2013**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Ciências Sociais do Centro de Filosofia
e Ciências Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina, orientado
pela Prof^a. Dr^a. Ilka Boaventura Leite.

Florianópolis – SC

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

PEÇANHA, Carolina Becker

O debate nos jornais moçambicanos sobre a presença das
empresas brasileiras em Moçambique entre os anos 2008 a
2013 / Carolina Becker PEÇANHA ; orientadora, Ilka
Boaventura Leite - Florianópolis, SC, 2013.

89 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em Ciências Sociais.

Inclui referências

1. Ciências Sociais. 2. Empresas Brasileiras. 3.
Moçambique. 4. Discurso. 5. Identidade Cultural. I. Leite,
Ilka Boaventura . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

Carolina Becker Peçanha

**O DEBATE NOS JORNAIS MOÇAMBICANOS SOBRE A
PRESENÇA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS EM
MOÇAMBIQUE ENTRE OS ANOS 2008 A 2013**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2013.

Prof Dr^o.Tiago Bahia Losso,
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ilka Boaventura Leite
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Cristine Görski Severo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^o. Me. Maurício Pardo
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho às mulheres da
minha família, à liberdade e às vozes
dissidentes do povo moçambicano.

AGRADECIMENTOS

Enxergo-me nos demais, sou uma junção do pedacinho de cada um que eu compartilho a vida. Tal qual minha vida, este trabalho é uma junção de cada pessoa que marcou a minha trajetória no Curso de Ciências Sociais da UFSC, por isso, esta pesquisa não é minha, mas de todos aqueles que compartilharam este percurso comigo.

Agradeço aos meus pais Mônica e Ricardo que cheios de carinho e muito amor sempre me motivaram e me apoiaram ao alcance dos meus sonhos. Estes que me ensinaram a enxergar a beleza do viver e a bondade nas pessoas, também me ensinaram a acreditar na possibilidade de mudança no mundo e na coragem necessária para se mudar o mundo.

Ao meu irmão Eduardo por dividir as fases e as memórias dos anos, obrigada Du por me ensinar tantas coisas.

Agradeço à minha Oma Ruth e a Vovó Didi que me ensinaram a enxergar os outros com amor e a força que existe em ser mulher e ao meu Vovô Helmo por me ensinar sobre generosidade e solidariedade.

Agradeço ao meu parceiro-companheiro, amigo e amante, amor da minha vida Rafael Chocho pelo imenso amor e liberdade que dividimos! E por me ensinar a cada dia que passa mais sobre a leveza da vida.

Agradeço à Prof^a Ilka que no meu primeiro ano de curso abriu as portas do NUER e que nestes anos nossa relação se tornou mais que de respeito e admiração, mas uma relação de amizade. Agradeço imensamente pelos eternos ensinamentos e conselhos de vida. E neste momento, pela paciência e por acreditar em mim e na minha pesquisa quando me faltavam certezas.

Aos meus amigos-irmãos com quem sempre aprendi muito desde nossas andanças juvenis. E que no momento desta pesquisa sempre estiveram juntos, apoiando e perturbando com convites tentadores: Julinha, Camilinha, Ruth, Marina, Júlia, Camila, Kauane, Pri, Rafael, Bastos, Tomé.

Agradeço às minhas amigas do coração, irmãs que encontrei e que carrego no peito seus ensinamentos sobre o amor gigante, sobre militância, sobre ser mulher que luta: Paulete, Nathi, Fran, Ana Paulão, Fê, Anabê.

Às amigas e aos amigos que reconheci na vida, agradeço pelos sonhos compartilhados, pelos momentos engraçados, pelos

ensinamentos, em especial: Lagartixa, Titi, Nat Mineira, Coxita, Fefê, Torto, Zé, Rafa, Gabriel Ornellas, Dedinho, Marinho, Briga, Sarinha, Bruninha, Max, Jé, Reba, Skol, Dandan, João, Pauloco, Carol minha cunhada-xará, Hugo, Ranier, Annas, aos meus primos Sisi, Rafa, Renatinha, Sté e Astrid.

À Vicky, Sara e Muri amigas da minha tenra infância que tive a felicidade de aprender sobre amizade e parceria.

Agradeço ao Professor Maurício Pardo pelas muitas contribuições, discussões e conversas quando esta pesquisa ainda estava nascendo em formato de projeto e pela Professora Cristine Görski Severo pelo diálogo e abertura para novos horizontes proporcionados na leitura de seus artigos. Agradeço pelos dois professores, os quais tenho muita admiração, terem aceitado serem membros da minha banca.

Agradeço ao espaço do NUER, que se tornou um referencial de pesquisa para mim e me acolheu por tantos anos e que possibilitou o encontro de tantos pesquisadores responsáveis e comprometidos com suas militâncias. Aos colegas do NUER, que muito aprendi e troquei com eles: Rômulo, Saulo, Augusto, Marcos, Charles, um agradecimento especial ao maravilhoso e enriquecedor encontro com Alexandra Alencar e com Esmael Alves de Oliveira que contribuíram bastante para a realização desta pesquisa.

Um agradecimento especial à Prof^a Maria Soledad por contribuir na minha formação enquanto pessoa, ao Prof^o Ary Minella por contribuir imensamente para esta pesquisa abordando temas sobre o mercado internacional, por onde ainda não tinha me aventurado, ao Prof^o Pedro de Souza por me despertar tantas inquietações, entre elas a da Análise de Discurso, ao Prof^o Alexandre Bergamo por contribuir no meu conhecimento sobre Sociologia da Cultura.

Agradeço à equipe do amor da Comcap: Nei pelos ensinamentos repletos de sabedoria, Glória por ser tão cheia de luz, Jose pelo amor infinito.

Agradeço aos demais professores e colegas da faculdade que com suas questões instigantes, discussões e conversas me fizeram metamorfosear no que sou hoje.

Penso em todos e em todas com muito carinho, com uma admiração enorme e uma felicidade no coração por compartilhar tantos momentos e aprender tanto com vocês. Sou muito grata por todos vocês fazerem parte da minha vida!

A PORTA

Era uma vez uma porta que, em Moçambique, abria para Moçambique. Junto da porta havia um porteiro.

Chegou um indiano moçambicano e pediu para passar. O porteiro escutou vozes dizendo:

- Não abras, essa gente tem a mania que passa à frente!

E a porta não foi aberta.

Chegou um mulato moçambicano, querendo entrar. De novo, se escutaram protestos:

- Não deixa entrar, esses não são a maioria.

Apareceu um moçambicano branco e o porteiro foi assaltado por protestos:

- Não abre! Esses não são originários!

E a porta não se abriu.

Apareceu um negro moçambicano solicitando passagem. E logo surgiram protestos:

- Esse aí é do Sul! Estamos cansados dessas preferências...

E o porteiro negou passagem.

Apareceu outro moçambicano de raça negra, reclamando passagem:

- Se você deixar passar esse aí, nós vamos-te acusar de tribalismo!

O porteiro voltou a guardar a chave, negando aceder ao pedido.

Foi então que surgiu um estrangeiro, mandando em inglês, com a carteira cheia de dinheiro. Comprou a porta, comprou o porteiro e meteu a chave no bolso. Depois, nunca mais nenhum moçambicano passou por aquela porta que, em tempos, se abria de Moçambique para Moçambique.

RESUMO

Esta pesquisa analisa os discursos e argumentos produzidos pelos jornais *online* moçambicanos da grande imprensa (Notícias, A Savana, @ Verdade e O País) sobre as iniciativas empresariais brasileiras em Moçambique, no período de 2008 a 2013. Nos jornais analisados para esta pesquisa foi possível verificar como certas reportagens procuram aproximar os interesses dos empreendimentos brasileiros e os interesses do governo moçambicano. As reportagens articulam e enfatizam seus argumentos a partir de três eixos distintos: no português como língua em comum, como discurso e na literatura; na identidade cultural que enaltece a memória colonial vivenciada por ambos os países e nos projetos de desenvolvimento próprios de cada país. Observa-se que as empresas brasileiras ao divulgarem seus projetos desenvolvimentistas assumem posições neocolonizadoras e etnocêntricas, enquanto que estes jornais moçambicanos vinculados a conglomerados empresariais, ao preservarem os discursos de aproximação, silenciam, ausentam e coíbem as vozes que denunciam.

Palavras-chave: Empresas brasileiras, Moçambique, Discurso, Desenvolvimento, Identidade Cultural, Memória, Língua Portuguesa.

ABSTRACT

This research analyses the discourses and arguments made by the *online* journals of the Mozambicans mass media (Notícias, A Savana, @ Verdade e O País) about the Brazilian enterprises initiatives in Mozambique, between the years 2008 and 2013. On the analyzed journals for this research was possible to verify how some news seem to approach Brazilians enterprises and Mozambique interests. The news hinge and emphasize their arguments from three distinct axes: on Portuguese as a common language, as a speech and on literature; on the cultural identity exalting colonial memory experienced by both countries and on the development projects specific to each country. Is noted that the Brazilians enterprises when propagate their development projects take positions neocolonialists and ethnocentrics, while these Mozambicans newspapers connected to great business clusters, when preserve the approaching discourses, hushing, absenting and restraining the voices that denounce.

Keywords: Brazilian Enterprises, Mozambique, Discourses, Development, Cultural Identity, Memory, Portuguese Language.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página inicial do semanário A Savana	32
Figura 2 - Página inicial do Jornal Notícias	34
Figura 3 - Página da reportagem “Gigantes asiático e sul-americano afirmam-se em Moçambique”, no jornal <i>online</i> O País	36
Figura 4 - Página inicial do jornal @Verdade	38
Figura 5 – Teia formada pela ligação entre os jornais pesquisados e os empreendimentos ligados a eles	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abemel - Associação Brasileira dos Exportadores de Mel

Abimaq- Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

AIM – Agência de Informação de Moçambique

BES – Banco do Espírito Santo

BM – Banco Mundial

CPLP – Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa

CTA - Confederação das Associações Económicas de Moçambique

Dataprev - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Fiocruz - Fundação Osvaldo Cruz

FMI – Fundo Monetário Internacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

LUSA - Agencia de Noticias de Portugal S.A.

MASC - Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil

Meras - Micro empresas Rurais Associativas

PALOP - Países de Língua Oficial Portuguesa

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PRE - Programa de Reabilitação Económica

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

Senai - Serviço Nacional da Indústria

SOICO - Sociedade Independente de Comunicação

TDM - Empresa de Telecomunicações de Moçambique

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1- A IMPRENSA MOÇAMBICANA E O ACESSO À INFORMAÇÃO	29
1.1 CONHECENDO OS JORNAIS MOÇAMBICANOS	29
1.2 A LÍNGUA NA COLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	41
CAPÍTULO 2- TRÊS EIXOS DISCURSIVOS UTILIZADOS PELOS JORNAIS: ENTRE INTERESSES EMPRESARIAIS BRASILEIROS E GOVERNAMENTAIS MOÇAMBICANOS	47
2.1 O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA E DISCURSO DE APROXIMAÇÃO ...	47
2.2 DISCURSOS MUDIÁTICOS DE APROXIMAÇÃO E QUESTÕES IDENTITÁRIAS	55
2.3 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DISCURSOS MUDIÁTICOS E AS RELAÇÕES COMERCIAIS	64
CAPITULO 3 - A GRANDE IMPRENSA MOÇAMBICANA E O DEBATE SOBRE O PAPEL DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE	79
3.1 DISCURSOS MUDIÁTICOS E INTERESSES DE CAPITAIS E MERCADOS	79
3.2 CONTRADIÇÕES VISÍVEIS DO EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS	107

INTRODUÇÃO

Desde o meu ingresso no curso de Ciências Sociais, no ano de 2008, tive um interesse especial pelos países africanos de língua oficial portuguesa, em especial Angola e Moçambique e em sua relação com o Brasil. Foi quando procurei o Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas, o NUER, e logo fui acolhida pela Prof^a Ilka.

À medida que estudava e pesquisava fui fragmentando a minha concepção de África, fui reconhecendo as diversas Áfricas que existem. Foi nesta etapa de fragmentação aliada às leituras de sociólogos, antropólogos, autores africanos e africanistas que minha paixão surgiu pelo único país de língua portuguesa da África Oriental: Moçambique. E acredito que o escritor Mia Couto teve grande influência nesta escolha.

Ao tomar conhecimento através de uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo¹ que empresários brasileiros estão em Moçambique plantando soja com incentivo de políticas públicas moçambicanas, senti profunda inquietação e resolvi investigar como as mais recentes iniciativas brasileiras estavam sendo percebidas pelos moçambicanos.

Nesta investigação descobri que atualmente, existem cerca de trinta empresas brasileiras presentes no continente africano. Entre as maiores, estão a mineradora Vale, a petrolífera Petrobras e entre as construtoras estão a Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, atuando na região desde o começo dos anos 1970, “quando eram uma espécie de ponta-de-lança econômica da diplomacia terceiro-mundista do regime militar [brasileiro]” (MAEAKDIYE, 2008). Nos últimos anos, em especial na década de 2000, essas empresas expandiram de maneira significativa suas operações no continente.

No cerne desta expansão está o desejo de reverter à histórica dificuldade do Brasil para vender no mercado internacional qualquer outro produto que não seja bem primário ou que possua baixa qualidade tecnológica (CAU, 2011). A tentativa brasileira de investimento no continente africano pode ser vista como uma maneira de se afirmar no

¹ (Sem autor) Moçambique oferece área de três Sergipes à soja brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, sessão Mercado, 14/08/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/959518-mocambique-oferece-area-de-tres-sergipes-a-soja-brasileira.shtml>> Acesso em: 14 de agosto de 2011.

mundo globalizado, como um país economicamente qualificado - posição que ocupa apenas entre os países vizinhos do Mercosul. Apesar de estar entre as dez maiores economias do planeta, o Brasil participava, em 2008, com somente 1% da exportação no comércio mundial, e a sua imagem internacional é ainda a de um mero exportador de bens primários que, entre os anos de 2000 e 2008, compuseram 71,81% das exportações nacionais (BAUMANN, 2010).

Sendo assim, muitos empresários brasileiros perceberam que está na África a oportunidade de se afirmar no mercado externo, sem enfrentar tantas barreiras tarifárias ou mesmo políticas. Os produtos de serviços de engenharia civil e de mineração, tidos entre os melhores do mundo - historicamente tolhidos pelos fortes e capitalizados concorrentes europeus, americanos e asiáticos -, ganham, na década de 2000, força e espaço. Segundo o diretor de mercado externo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Nelson Delduque:

A África é, sem dúvida, um mercado bastante promissor. (...) Não é nem de longe um mercado virgem – a Alemanha exporta muita máquina para a África do Sul, por exemplo, e a China também começa a se fazer mais presente nesse segmento. Mas ali, pelo menos, temos espaço para concorrer em igualdade de condições. (Nelson Delduque citado por MAEAKDIYE, 2008)

As relações entre o Brasil e a África não se limitam aos dias de hoje, nem às empresas menores ou às corporações multinacionais. Uma retrospectiva nos leva a entender melhor a situação atual. Em 1975, o Brasil, governado por uma ditadura militar de direita, foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, um país que surgia com a bandeira da ideologia marxista sob o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). Em termos políticos isto seria paradoxal, mas estas são as novas regras do mercado internacional ao qual o Brasil, sob o jugo militar vai perseguir como ideal. O continente africano já permeava os debates acerca da identidade nacional no Brasil no século XIX, porém, foi só a partir do processo de descolonização, no século XX, que o governo brasileiro viu a necessidade de encaminhar diplomatas ao continente (DÁVILA, 2011, p.13).

Nesta conjuntura o governo militar envia, em grande quantidade, diplomatas que se encaminham para o continente africano com o intuito

de construir uma aliança comercial Brasil-África. Estes foram para a África com o total desconhecimento da realidade do continente, sob o discurso de “aproximação” da identidade nacional brasileira à identidade africana, aliado a ideia de que todos os brasileiros possuem uma ascendência negra – com resquícios do pensamento de “democracia racial” de Gilberto Freyre - e relacionado à importância simbólica da história e cultura africanas para o pensamento social brasileiro (DÁVILA, 2011). Segundo o ministro das Relações Exteriores, de 1975, Azeredo da Silveira em conversa com o conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Henry Kissinger:

se a América Latina é o cenário indispensável da nossa política externa, a África é a tela onde ela se projeta, anunciando já algumas das formas que ela terá de assumir no futuro. (...) Na África (...) o campo é praticamente virgem para nossas ações diplomáticas. O que começarmos a fazer hoje com o continente africano certamente moldará as relações que teremos com as nações africanas daqui a vinte ou trinta anos. Mais do que a política externa dos anos 1970, é a do ano 2000 que estamos, de certo modo, traçando com as iniciativas de hoje. (Silveira *apud* Dávila, 2011, p.15)²

Em Moçambique, o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), é dominado pelo grande fluxo, cada vez mais constante, de mega projetos nas áreas de mineração, exploração petrolífera e construção. Foi a partir da introdução, em 1987 – um ano após a morte do primeiro presidente da República Popular de Moçambique: Samora Machel - do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), financiado pelas instituições Bretton Woods, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), que as grandes empresas e o capital privado entraram em Moçambique, com o discurso de “melhorar a qualidade de vida da população” (CAU, 2011). Segundo Eugénio Salvador Chimbutane, em seu Trabalho de

2 Para saber mais sobre as relações diplomáticas entre Brasil e África durante a ditadura militar no Brasil e o processo de independência nos países africanos, ver: DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Tradução de Vera Lúcia Mello Jocelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Conclusão de Curso em Gestão de Empresas na Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo: “Esta política enquadra-se nos esforços de transição na estratégia econômica de Moçambique, da economia centralizada baseada nos princípios Marxista-Leninistas para o capitalismo de mercado.”

A guerra civil moçambicana pós-independência, conhecida por “Guerra dos 16 anos”, ocorreu entre os anos de 1976 e 1992, majoritariamente no meio rural fazendo com que houvesse um êxodo rural, de grande contingência, para as margens da metrópole de Maputo e de outras grandes cidades como Matola, Beira, Nampula e Chimoio. Esta conjuntura acarretou em diminuição da produção agrícola no país e toda uma geração de filhos de agricultores ficou à margem das cidades, sem qualquer contato com o meio rural, por pelo menos vinte anos. É neste contexto que o governo brasileiro, com as tecnologias da Embrapa, e o governo moçambicano, com os incentivos aos empresários brasileiros industriais e do agronegócio, veem a oportunidade de inserção de uma nova dinâmica na economia e na produção agrícola do país.

É durante o período da guerra dos 16 anos que se inicia a história narrada por Dávila no qual expõe de forma contundente e baseada em ampla pesquisa documental as relações comerciais entre Brasil e África: “os líderes brasileiros usaram as relações com a África para afirmar sua independência em relação aos Estados Unidos e reivindicar seu papel de potência mundial emergente” (DÁVILA, 2011, p.14).

Ao procurar me informar como é percebida em Moçambique a relação comercial, empresarial e governamental entre Brasil e Moçambique, optei por explorar as matérias jornalísticas. Pois, segundo Benedict Anderson, o jornal possui meios técnicos para “‘re-presentar’ o *tipo* de comunidade imaginada correspondente à nação” (2008, p.55) e, portanto, poderia identificar como as diferentes formas de “re-presentar” Moçambique revelam estas relações com o Brasil. Nesta busca encontrei jornais e blogs brasileiros, moçambicanos, chineses, angolanos, portugueses e suas matérias que refletem sobre as relações entre Moçambique e Brasil. Como minha intenção era apreender como as empresas brasileiras são percebidas pelos moçambicanos e como elas são expostas no debate público, minha pesquisa se ateu aos jornais deste país.

A escolha dos jornais *online* como fonte de pesquisa considerou a importância da mídia escrita e de circulação *online* na sustentação de um debate público sobre o papel e a importância da presença das empresas brasileiras em Moçambique. Busquei enfatizar dois planos analíticos,

um, responsável pela delimitação do campo de pesquisa privilegiado, os jornais; e outro, a etnografia dos discursos, em que eles se sustentam e a que projetos se vinculam, para demonstrar que os jornais são uma das fontes importantes de expressão do debate público, que torna visível os diversos discursos veiculados na mídia, e portanto, um *locus* privilegiado de pesquisa sócio-antropológica. Além disso, há os aspectos a considerar, relacionados às teorias da recepção, ou seja, que consideram os jornais como uma fonte imediata e dinâmica que as pessoas buscam para se informar e participar da vida social no país.

A pesquisa nos jornais *online*

Dialogando com o que afirma Eni Orlandi o discurso noticioso revela as entrelinhas dessa situação política e, portanto, também o silêncio, as metáforas, as sátiras são formas indiretas de discurso a serem também consideradas. Discurso, segundo Eni Orlandi (1999), é um ato de enunciação que significa, é efeito de sentido entre os interlocutores que ocupam posições em relação à palavra proferida e à sua condição enquanto sujeito social.

Para compreender a análise do discurso, é necessário antes compreender a noção de silêncio que é estruturante do discurso – para produzir certos efeitos de sentidos, é necessário calar outros. O discurso não se produz sem sujeitos e este não existe sem ideologia. Por sua vez, a ideologia é o modo de produzir, ao mesmo tempo, efeito de sentido e efeito de sujeito. Isto é, na análise do discurso leva-se em conta, além da situação, a memória e os sujeitos que a produzem. Onde os jornais mobilizam a memória de arquivo, mas não são arquivos, nem documentos históricos, mas são texto, produtores de significado (ORLANDI, 1999).

Para a compreensão do debate público moçambicano acerca das diferentes impressões sobre a presença brasileira, fiz um levantamento das reportagens *online* de quatro jornais moçambicanos: Jornal Notícias, @ Verdade *Online*, A Savana e O País. Estes jornais são escritos em português e são de grande circulação, dada a trajetória de Moçambique, permite-se verificar que seus debates permeiam a pequena elite do país. Neste sentido tenho o intuito de transparecer os discursos acerca das empresas brasileiras que estão lá presentes, para verificar interesses econômicos acobertados pela cobertura jornalística. Sendo o primeiro jornal estatal e os outros três de capital privado moçambicano e estrangeiro, notei que as alianças comerciais entre Brasil e Moçambique, Brasil e África que se constituem no cenário atual, “dos anos 2000”

como citado, em 1975, pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira fazem parte da pauta jornalística destes jornais. Todos eles dão relevância aos assuntos referentes às empresas brasileiras e discursam positivamente à respeito do Brasil e da proximidade com Moçambique.

Ao total encontrei 180 reportagens e destas selecionei 25 para esta pesquisa. Para a análise utilizei o Microsoft Excel para me auxiliar na compilação dos argumentos e discursos referentes às iniciativas brasileiras em Moçambique que apareceram nas matérias jornalísticas dos quatro jornais analisados. Primeiramente separei as reportagens de cada jornal em pastas separadas e criei uma pasta intitulada “Quantitativo” que congregou a quantidade de matérias, quantidade de argumentos a favor ou contra os empreendimentos brasileiros em Moçambique. Em seguida selecionei e separei as matérias em doze temas distintos. Para cada matéria analisada, destaquei os argumentos que identificassem os diferentes discursos favoráveis ou contrários aos investimentos brasileiros.

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa escolhi investigar jornais que datam do ano de 2008 ao ano de 2013. Após a visita do ex-presidente Lula ao continente no ano de 2003, iniciou-se uma política deliberada de incentivo a estes investimentos e suas repercussões passaram a ser noticiadas e tornaram-se mais evidentes a partir de 2008. É a partir de então que a produção jornalística moçambicana começa a noticiar os investimentos econômicos de empresas brasileiras em Moçambique. Mesmo depois do fim do mandato de Lula, em 2011, e a posse de Dilma Rousseff, a atual presidente manteve a política de aproximação econômica com Moçambique.

Torna-se importante levar em conta a trajetória do país, o longo período de guerra anticolonial e de guerra civil que levou a instauração de um regime socialista de Estado unipartidarista com restrições a liberdade de expressão. Nos últimos anos Moçambique dá uma guinada em direção ao capitalismo e a presença dos investimentos brasileiros é parte desse novo processo. Esta conjuntura tem desdobramentos significativos no atual debate público que é apresentado nos jornais.

Neste atual contexto das relações econômicas e políticas entre o Brasil e Moçambique, os diferentes interesses e empreendimentos entre as antigas colônias portuguesas ocupam um espaço ainda mais importante no discurso e nas orientações dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que a mídia tornou-se uma das indústrias centrais da atual e última fase do imperialismo: o neocolonialismo (N’KURUMAH, 1967).

Assim, os temas relativos às iniciativas empresariais brasileiras têm uma visibilidade cada vez maior nos espaços midiáticos moçambicanos, mais do que qualquer outro tipo de iniciativa entre os países. Portanto, torna-se imprescindível questionar quem e quais são os discursos que são apresentados pelas mídias eletrônicas moçambicanas sobre as empresas e investimentos brasileiros naquele país. Procurarei perceber como são vistos os negócios e empreendimentos brasileiros em Moçambique, como os jornais *online* narram estas atividades, se há diferentes vozes e opiniões sobre o assunto e quais são elas e o que dizem. Estes são os principais aspectos da problemática que irei abordar.

Dessa forma, torna-se necessário para a minha pesquisa investigar como os jornais abordam as relações entre o Brasil e Moçambique, como as empresas brasileiras são percebidas, descritas, e suas atividades passam a fazer parte do debate público revelado pelos jornais. Além disso, as notícias também veiculam as diferentes vozes e discursos denotando o seu viés crítico ou de adesão aos projetos privados, governamentais, comunitários, entre outros. Com isto, denota-se a possibilidade de perceber questões identitárias que podem ser associadas a posições nacionalistas, internacionalistas, desenvolvimentistas.

No primeiro capítulo apresento os quatro jornais moçambicanos que pesquisei: Notícias, A Savana, @ Verdade e O País e seus vínculos históricos com o capital estatal ou privado. Além de fazer um panorama da representação da língua portuguesa em Moçambique.

No segundo capítulo separei os discursos governamentais e empresariais em três eixos que movimentam o debate jornalístico da presença brasileira em Moçambique: os discursos lingüísticos, os discursos identitários e os desenvolvimentistas. Os chamarei de “discursos de aproximação” em que procuram legitimizar a construção de uma “comunidade imaginada”, conceituada por Benedict Anderson, entre Brasil e Moçambique.

No terceiro e último capítulo apresento uma teia que envolve os jornais aos conglomerados financeiros que estão vinculados atualmente e como revelam as relações com os empreendimentos brasileiros.

CAPÍTULO 1- A IMPRENSA MOÇAMBICANA E O ACESSO À INFORMAÇÃO

1.1 CONHECENDO OS JORNAIS MOÇAMBICANOS

Os meios de comunicação social, atualmente existentes em Moçambique, são eminentemente urbanos e se concentram na capital, Maputo (CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.129). Os meios de comunicação impressos publicados em português delimitam consideravelmente o acesso à informação jornalística. Publicações *online* (que exigem o acesso a um computador) e divulgadas em português aumentam consideravelmente esta disparidade no acesso à informação, em especial, quando a população lusófona de Moçambique se caracteriza por pequenas elites em centros urbanos.

Dessa forma, optei por pesquisar em quatro jornais moçambicanos (escritos em português) de grande circulação e, portanto, grande influência em Moçambique, para desvendar o debate nas mídias, que permeia apenas a pequena elite do país, acerca das empresas brasileiras que estão lá presentes, no intuito de transparecer os interesses econômicos ocultados pela cobertura jornalística. São eles: Notícias, O País, A Savana e @Verdade.

Segundo Chichava e Pohlmann (2010) existem três jornais diários de circulação nacional: Notícias, o Diário de Moçambique e O País. Dentre os semanários, circulavam, no ano de 2009, nove jornais; sendo que entre aqueles com maior circulação estavam @Verdade, com 50.000 exemplares e A Savana que possuía uma tiragem de 12.000 a 15.000 exemplares. Desta maneira, procuro refletir sobre as linhas ideológicas dos jornais e os tipos de discursos utilizados, assim como a opção pelos diferentes interlocutores da sociedade civil para a composição da matéria jornalística.

Em uma pesquisa prévia identifiquei que o jornal Notícias, existente a partir de 1926, foi, durante o período da guerra civil, tomado pelo governo, passando a ser um noticiário veiculado à FRELIMO; enquanto que A Savana sempre se caracterizou como um semanário independente (FEIJÓ, 2010). Ambos os jornais desempenharam papéis marcantes durante o movimento pela independência moçambicana e durante a guerra civil. O jornal O País e @Verdade são mais recentes e ganharam notoriedade conquistando os espaços de grande circulação nos últimos anos. Atualmente, o jornal Notícias é estatal, A Savana e O País tem como acionistas majoritários empresas moçambicanas e portuguesas

e @Verdade que tem como fonte de recurso o capital privado majoritariamente moçambicano.

A Savana, que foi o primeiro semanário independente, é propriedade do Mediacoop S.A.³, que também é proprietário do primeiro jornal fax de Moçambique, o MediaFax, e a Rádio Savana⁴. O MediaFax junto com o grupo Mediacoop foram fundados pelo jornalista Carlos Cardoso - um dos mais destacados do jornalismo independente. Esta imprensa, para além de informar o cidadão sobre os seus direitos e colaborar na edificação de um Estado democrático em um contexto pós revolução socialista, exercia

o papel fiscalizador do poder público que lhe havia sido retirado no regime monopartidário, denunciando, assim, os abusos dos recursos do Estado pelos políticos e os efeitos negativos de algumas políticas do Estado moçambicano, assim como das instituições de Bretton Woods. (...) A abertura política possibilitou a emergência de uma imprensa independente, investigativa, séria e combativa, não mais ao serviço dos interesses do partido, mas livre para reportar a sua interpretação dos factos (*sic.*). (CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.131).

Assim, abriu-se uma premissa para uma saga de jornais independentes dos órgãos governamentais. No contexto revolucionário, seguido por uma longa guerra civil, restavam aos jornalistas sua devoção ao movimento socialista revolucionário ou à auto-censura para que não precisassem responder com demissões, punições ou, inclusive, com penas de prisão (FAUVET e MOSSE, 2003, p.141-154 *apud* FEIJÓ, 2008, p.28). Portanto, após as conquistas da liberdade de expressão, os jornais moçambicanos deixaram de ser dependentes do

³ A fonte que encontrei revelou que Mediacoop SA é uma empresa proprietária do jornal A Savana, Mediafax e Rádio Savana e nada mais que isso. Tudo indica que se trata de uma cooperativa de profissionais de jornalismo de Moçambique, mas não consegui confirmar no próprio site ou em outras fontes *online*.

⁴ Segundo a reportagem CONZO, Eduardo. Mediacoop distinguida no 8º do Festival de Publicidade. A Savana. Maputo, Moçambique. Disponível em: <<http://www.savana.co.mz/styles/25-rokmicronews-fp-1/134-mediacoop-distinguida-no-8-do-festival-de-publicidade>> Acesso em: 02/12/2013.

Estado, para se tornarem dependentes de grupos empresariais e os jornalistas dependentes de homens de negócios. Portanto a independência da qual eu falo trata-se da composição das matérias jornalísticas antes favoráveis apenas aos interesses estatais, agora, com sua variedade de dependências também favoráveis aos interesses empresariais.

Para introduzir como os jornais abordam as relações entre Brasil e Moçambique, como é descrita a inserção das iniciativas privadas e governamentais brasileiras e como são narradas estas atividades, destaco algumas reportagens de cada diário e semanário pesquisados sobre os primeiros relatos noticiosos sobre a introdução da iniciativa brasileira em Moçambique, durante o governo Lula.

Na reportagem⁵ do semanário A Savana “Governo oferece Norte de Moçambique a brasileiros”, escrito por Emídio Beúla, a discussão é acerca da reportagem do jornal Folha de São Paulo sobre os empresários brasileiros que irão à Moçambique plantar soja com incentivo de políticas públicas moçambicanas - matéria esta que me despertou a inquietação e o desejo de investigar como as mais recentes iniciativas brasileiras estavam sendo percebidas pelos moçambicanos. Cito a seguir um trecho da matéria:

O executivo moçambicano terá colocado à disposição de agricultores brasileiros uma área de seis milhões de hectares (aproximadamente seis milhões de campos de futebol) no norte do país para o cultivo de cereais e algodão, segundo noticiou em primeira mão o jornal brasileiro Folha de São Paulo, na sua edição de 14 de Agosto de 2011. Internamente, as autoridades moçambicanas ainda não se pronunciaram sobre a concessão de aproximadamente 17% de terra arável ao Brasil, mas a publicação paulista cita o ministro de Agricultura José Pacheco regozijando-se com o feito: ‘os agricultores brasileiros têm experiência acumulada que é muito bem-vinda. Queremos repetir em Moçambique o que eles fizeram há 30 anos no cerrado’.(...)

5 As referências das reportagens analisadas se encontram no item Referências Bibliográficas.

‘Não sei até que ponto a informação é verídica, mas é preocupante’, disse Firmino Mucavele, economista agrário e académico [docente da Universidade Eduardo Mondlane (UEM)] (...). A ser verdadeira a informação a concessão, Mucavele lamenta que houve falta de consulta e de partilha de informação a nível interno, sobretudo entre o executivo e sociedade civil. ‘Há ainda muitas questões por discutir sobre este assunto e, a ser verdade, haveria um momento em que estariam envolvidos académicos (*sic.*), jornalistas, sector privado e camponeses. (...)

Na verdade, trata-se de uma decisão pouco enformada (*sic.*) pelo debate público, mas que mexe com a soberania nacional. ‘Quem vai gerir essas terras, serão moçambicanos ou brasileiros?’, questiona Mucavele.

The image shows the homepage of the weekly magazine 'A Savana'. At the top left is the logo 'SAVANA' in green, with the tagline 'INDEPENDÊNCIA * INTEGRIDADE' below it. To the right of the logo is a navigation menu with links: SAVANA, OPINIO, MEDIAFAX, CULTURA, TEMA DA SEMANA, and CONTACTOS. The main content area features a headline: 'A Frelimo de hoje não aceita a crítica e muito menos fazer auto-crítica'. Below the headline is a photograph of Jorge Rebelo, a man with a beard and glasses, wearing a dark suit and light shirt, gesturing with his hands. To the right of the photo is a text snippet starting with 'Visto por muitos como uma das últimas reservas morais do movimento de libertação. Jorge Rebelo diz em entrevista ao SAVANA que está decepcionado com a Frelimo actual, mas reconhece que neste momento não vê alternativas. Eterno admirador de Samora, Rebelo, um dos fundadores da Frelimo, onde foi o temido secretário do trabalho ideológico, afirma que se o proclamador da independência de Moçambique votasse não ficaria contente com a situação que se vive no país. Lamenta o facto de actualmente o país estar infestado de lambetotas, porque, segundo ele, as pessoas são escolhidas na base da sua capacidade de lambar as botas do chefe. Numa conversa amena, onde a ideia era falar do legado de Samora (amanhã, sábado, passam 27 anos após a sua morte), Rebelo aceitou abordar o tema de sucessão na Frelimo e defende que não há necessidade de reuniões dos órgãos do partido (Comité Central e reunião nacional de Quadros) "porque hoje já há um pensamento comum". O tema sobre as críticas dirigidas directamente a alguns colaboradores de Samora nalguma imprensa em que os apelida de "revolucionários da desgraça" foi incontrolável. Amanhã, (sábado 19 de Outubro), passam 27 anos após a morte de Samora Machel. O sr. Jorge Rebelo conviveu muitos anos com o presidente Samora. Que recordações guarda do homem que proclamou a independência de Moçambique?'. Below the photo is a green button that says 'Leia mais'. To the right of the main content area, there are two sections: 'Quem esta online' with the text 'Temos 59 visitantes e Nenhum membro online' and 'Publicidade' with a yellow advertisement for 'mcel'. At the bottom right, there is a grey button that says 'TEMPO'.

Figura 1: Página inicial do semanário A Savana

Muitos são os argumentos críticos à maneira como esta empreitada brasileira está sendo implantada em Moçambique. A começar pela manchete da reportagem “Governo oferece Norte de Moçambique a brasileiros”, a escolha pelo verbo “oferecer”, ganha um tom sarcástico quando interpretado pelo sentido de que as terras

moçambicanas se colocam a disposição do Brasil. No primeiro trecho destacado da reportagem o Ministro da Agricultura brasileiro diz se “regojizar”, sinônimo de se “alegrar muito” (FERREIRA, 1985, p.1208), com estas iniciativas agrícolas entre os países e toma como exemplo as plantações de soja no cerrado sul-matogrossense brasileiro, sabe-se que em termos ambientais e sociais foi uma experiência negativa para o Brasil, mas muito positiva ao contar os ganhos financeiros de alguns poucos latifundiários. A escolha pela enunciação de Firmino Mucavele esclarece a posição questionadora do jornal quanto à maneira pela qual estas iniciativas estão sendo implementadas. Ao questionar a participação nas decisões de outros atores sociais moçambicanos, o enunciado de Mucavele representa e “autentica” o que a reportagem e o semanário procuram problematizar: a participação da sociedade nas decisões da soberania nacional, que vai ao sentido contrário e crítico às decisões governamentais.

Para o jornal estatal Notícias destaco a reportagem “Presença do Brasil cresce em Moçambique” (sem data e sem autor), sobre as aproximações políticas entre os dois países, destaco as seguintes partes:

No contexto da política brasileira de estreitamento dos laços com África em geral, e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em particular, o Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, foi convidado de honra nas cerimónias (*sic.*) da data nacional em Brasília, honraria que foi estendida anteriormente a apenas dois chefes de Estado estrangeiros. Foi prova do momento auspicioso nas relações bilaterais, que vivenciam adensamento extraordinário em todas as áreas.

O Brasil, em virtude das afinidades linguísticas, culturais, históricas, climáticas, geográficas e relacionadas ao desenvolvimento, é referência obrigatória em Moçambique e considerado parceiro fiável e fonte de inspiração.

Os brasileiros, tratados com um carinho e deferência muito especiais, que retratam a amizade existente entre ambos os povos, estabelecendo-se cada vez mais e sentem-se em Moçambique como em casa. E o brasileiro, em geral, começa a quebrar o desconhecimento sobre o país e o Continente Africano, o qual leva a

preconceitos e interpretações errôneas (*sic.*) ou estereotipadas. Não há mais quem não saiba que moçambicanos são Malangatana e Mia Couto: o primeiro, o mais famoso pintor vivo de África; o segundo, um dos expoentes da literatura mundial contemporânea.

The image shows the homepage of the newspaper 'Notícias Online'. At the top left, the logo 'notícias online' is displayed in red and black. To the right, it says 'Director: Jaime Langa' and 'Sábado, 02 de Novembro de 2013'. Below the logo is a navigation menu with categories: Destaque, Política, Economia, Desporto, Internacional, Ciência e Ambiente, Sociedade, and Análise. A small thumbnail of the newspaper's front page is visible in the top right corner.

The main content area features a large photograph of a hospital ward with the headline 'Saúde resgata boas relações'. Below the photo are two news snippets:

- 'Inimigo do inimigo amigo é' with the sub-headline 'Na Beira: Assaltada casa de Dhlakama'.
- 'Última Hora' with the sub-headline 'FDS ocupam sede e casa de Dhlakama na Beira'.

 To the right of the main content is a sidebar with a search bar and a list of channels: Breves, Primeiro Plano, Capital, Província Em Foco, Opinião, Recreio e Divulgação, Informações úteis, Página da Mulher, and Necrologia. Below this is a 'Previsão de Tempo' section showing weather forecasts for Tete (44°C/24°C), Vilankulo (31°C/21°C), and Xai-xai (27°C/22°C) with corresponding weather icons.

Figura 2: Página inicial do Jornal Notícias.

A reportagem busca evidenciar as boas relações entre Moçambique e Brasil, seja no destaque que o presidente moçambicano Armando Guebuza foi convidado de honra nas cerimônias brasileiras, “honraria que foi estendida anteriormente a apenas dois chefes de Estado estrangeiros” ou no argumento “prova do momento auspicioso nas relações bilaterais”, ou ainda, “os brasileiros, tratados com um carinho e deferência muito especiais, que retratam a amizade existente entre ambos os povos”. Os primeiros indícios dos discursos de aproximação surgem quando o jornal apresenta as afinidades entre os dois países, afinidades que remetem ao compartilhamento de experiências e a uma compreensão mútua, de tal forma que o Brasil se torna “referência obrigatória em Moçambique e [é] considerado parceiro fiável e fonte de inspiração”. E, portanto, um bom parceiro econômico, aquele que entenderá as dificuldades relacionadas ao “desenvolvimento”, devido às similaridades históricas e culturais.

O jornal O País, antigo semanário, foi transformado em diário em 2008. Privado e pertencente ao grupo Sociedade Independente de Comunicação (SOICO), fundada em 2002 por empresários moçambicanos, também é proprietária da estação de televisão STV. Com 30 mil exemplares, O País é o diário com maior tiragem, ultrapassando de longe o Notícias e o Diário de Moçambique. (CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.130-131).

A reportagem de 22 de junho de 2010, “Empresas brasileiras ganham terreno no país” escrito pela Redação, do diário O País, relata as iniciativas econômicas e diplomáticas do Brasil em Moçambique.

O reforço da presença brasileira tem sido também visível a nível de empresas de menor dimensão

A distribuição de energia e a indústria do cimento são os novos focos de investimento das empresas brasileiras em Moçambique, que têm vindo a ganhar importantes posições nos recursos minerais, agricultura e construção civil.

Segundo a “macaclub”, os ministros da Energia de Moçambique e do Brasil concretizaram, semana passada, um acordo de cooperação que prevê que a brasileira Eletrobras realize o estudo para a construção de uma linha de transmissão de alta tensão de 1 400 quilómetros, ligando a província de Tete a Maputo.

The screenshot shows the homepage of O País online. At the top, there is a navigation bar with links for 'Acesso', 'Blogs', 'Fotos', 'Mail', 'Messenger', 'Notícias', 'Spot', 'Vídeos', and 'Pesquisa'. The main header features the 'O País online' logo and a search bar with the date '29.Oct.2013'. Below the header is a menu with categories: INÍCIO, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, INTERNACIONAL, DESPORTO, CULTURA, OPINIÃO, ENTREVISTAS, and REGULAMENTOS. The main content area displays a news article with the title 'Gigantes asiático e sul-americano afirmam-se em Moçambique' and a sub-headline 'Passagem para São Paulo saindo de Florianópolis'. The article text discusses economic and diplomatic relations between Brazil and Mozambique, mentioning trade agreements and infrastructure projects. On the right side, there are several advertisements: 'Quality used cars starting at \$399' with images of cars, 'BE FORWARD.JP JAPANESE CAR EXPORTER', a Twitter follow button for @opaisonline, and a 'MOZA BANCO' advertisement with a table of exchange rates.

Quality used cars
starting at \$399

BE FORWARD.JP
JAPANESE CAR EXPORTER

publicidade

Twitter
Seja um seguidor

Seguir @opaisonline 2.860 seguidores

MOZA BANCO
BANCO GRUPO BES

Moeda	Compra	Venda
Dólar USD	29,25	29,85

Figura 3: Página da reportagem “Gigantes asiático e sul-americano afirmam-se em Moçambique”, no jornal *online* O País.

Interessante notar que o agente da ação da reportagem é o Brasil. Exemplificado no título da reportagem que diz que as empresas brasileiras ganharam terreno em Moçambique, como se houvesse uma corrida à conquista destes espaços. O sujeito ativo da reportagem são as empresas brasileiras, em que a distribuição de energia e a indústria do cimento são seus “focos de investimento”, de forma que Moçambique é posto como mero receptor de suas atividades. Ainda desconsidera que estas duas indústrias de base eram totalmente vinculadas ao governo moçambicano durante o período socialista. Esta noção sustenta a posição editorial do jornal que não se preocupa como estes empreendimentos serão implementados e revela que o jornal se coloca a favor dos projetos econômicos estrangeiros que se instalam no país. Enquanto que estes países africanos são palcos de eleição para o Brasil.

@Verdade *Online* é um semanário privado, sem relação com empresas estatais. Tem como fundador Erik Charas que é “empresário e ativista social” e fundador da Charas LDA, “uma empresa que investe

na transformação da próxima geração de moçambicanos em pequenos empresários de sucesso”.⁶ Criado em 2008, já conquistou o espaço de ser o semanário privado com maior tiragem e de ser o único impresso fora de Moçambique (é impresso na África do Sul), sublinho que é o primeiro e único jornal impresso de distribuição gratuita que o país possui (CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.131). Destaco que entre os outros jornais utilizados como fonte para esta pesquisa o diário O País é o único que possui uma assinatura *online* em que não é possível acessar as reportagens na íntegra. Todas as versões impressas dos outros jornais são vendidas.

O jornal @Verdade destaca as iniciativas brasileiras com uma manchete bastante similar aos outros diários, porém de uma maneira bem mais combativa “Empresários brasileiros exploram negócios em Moçambique”, de 25 de julho de 2011, da seção Destaques – Economia e escrito pela AIM.

Uma missão de empresários brasileiros está em Moçambique para explorar oportunidades de negócios em diversas áreas económicas. São cerca de 40 agentes económicos brasileiros que, Sexta-feira última, foram recebidos, em audiência, pelo Primeiro-Ministro moçambicano, Aires Ali. (...)

Falando momentos depois do encontro, o Embaixador do Brasil em Moçambique, António José Maria de Sousa e Silva, disse que os empresários brasileiros pretendem manter contactos com a contraparte moçambicana, para possível cooperação em áreas de interesse mútuo.

6 Segundo fontes da fanpage, no Facebook, de Erik Charas e do site da ONG norte-americana One.org



Figura 4: Página inicial do jornal @Verdade.

A começar pelo título da reportagem, a opção pela palavra “exploram” demonstra que este jornal se apresenta como crítico das iniciativas brasileiras no país africano. Diferentemente dos argumentos utilizados pelo jornal Notícias, que destaca as positivities na relação comercial com o Brasil, ou pelo jornal O País, que enaltece os benefícios que Moçambique terá com os empreendimentos brasileiros e chineses, @Verdade não faz elogios ou destaca opiniões contrárias aos investimentos. Destaca apenas a fala do Embaixador brasileiro António José Maria de Sousa e Silva que diz ser possível a “cooperação em áreas de interesse mútuo” entre empresários brasileiros e representantes moçambicanos. Dessa forma, a reportagem deixa claro que é interessante para o Brasil haver esta “cooperação” entre os países.

Ao pensar na posição que o jornalista ou o redator do jornal ocupa, o imagino inserido em uma gama de significados pré-determinados (ORLANDI, 1999), onde o esperado seja o alcance da “neutralidade” e da “imparcialidade” sob determinado assunto na matéria jornalística. Espera-se que eles ocupem um espaço de “informantes da sociedade”, no qual devem informar os “fatos”, de modo que pareça haver “a verdade” a ser noticiada. Porém, ao escolher reportar de uma maneira ou de outra, o jornalista – ao fazer isso por

opinião própria ou pela linha ideológica editorial - silencia outros locais de discursos e outras narrativas possíveis que não aquelas já escolhidas. E se insere enquanto sujeito-jornalista, a partir da posição ideológica que ocupa, para formar a sua discursividade.

Nestes jornais pesquisados as matérias são escritas por repórteres, agências conveniadas ou não possuem autor. As matérias sobre as relações entre Brasil e Moçambique no jornal A Savana são escritas por jornalistas identificados, verifiquei que no jornal @Verdade são escritas pela AIM ou pela Redação, no jornal O País suas reportagens são escritas pela agência Lusa, pela Redação ou não possui autor. Estas diferentes agências de notícias conveniadas cedem as suas matérias para os jornais e assim contribuem para a formação ideológica editorial. Ao ler sobre as iniciativas privadas brasileiras em Moçambique, o jornal @Verdade apresenta as suas ponderações a partir de um lugar diferente do jornal O País, que possui parte de suas reportagens escrita pela agência portuguesa. Muitas empresas portuguesas concorrem pelos mesmos espaços que as empresas brasileiras em Moçambique, portanto, por trás do silêncio presente nas reportagens existem operadores que defendem diferentes interesses que se manifestam no apoio ou na discordância das iniciativas brasileiras narradas pelas reportagens.

No jornal O País algumas de suas reportagens analisadas não possuem autor, assim como a maioria das reportagens do jornal Notícias, sendo raras as que possuem um jornalista identificado. Segundo Letícia Fieira

uma das principais características do editorial é a ausência de assinatura, porém há um indivíduo que produz o texto, um sujeito empírico do enunciado. O autor, dessa forma, assume o papel social de editorialista e se apresenta como a autoridade para “dizer” no editorial. Cabe, portanto ao editorialista articular um discurso que represente e informe a opinião da instituição jornalística (do dono da empresa e/ou dos acionistas majoritários).

O jornal Notícias representa o Estado moçambicano e, portanto, retira de suas reportagens a possibilidade da identificação pessoal com o autor para deixar espaço apenas à identificação editorial estatal, fundamentado em comentários, avaliações e opiniões afirmativas sobre a presença brasileira em Moçambique.

Mesmo com todas as distinções entre estes jornais, todos eles apontam como pauta jornalística as empresas brasileiras em Moçambique, suas boas relações com o Brasil e suas justificativas desenvolvimentistas. A “discursividade jornalística” está pautada no conjunto de uma série de assuntos escolhidos, pelo editorial, para formularem a pauta jornalística. Segundo Leticia Fieira, em trabalho apresentado no II Seminário Nacional Sociologia e Política⁷, “o poder de definição da pauta pública (*agenda setting*) possibilita uma compreensão quanto (...) a influência da empresa jornalística em relação a um tema da atualidade na formação da opinião pública” (2010, p.03).

A teoria da agenda, ou a *agenda setting*, se enquadra dentro das teorias da comunicação aplicadas às mídias de massa que procuram testar empiricamente os efeitos da comunicação de massa na opinião e nas escolhas públicas. Em 1963, o livro *The Press and Foreign Policy*, de Bernard Cohen, trouxe a percepção de que a imprensa não conseguiria dizer às pessoas como pensar, mas teria a capacidade de sugerir aos seus leitores sobre quais temas deveriam concentrar sua atenção (AZEVEDO, 2004 *apud* FIEIRA, 2010).

Neste sentido, a *agenda setting* compreende-se na definição das prioridades das notícias, onde a idéia central está na “hierarquização da informação para a formação da opinião pública” (FIEIRA, 2010, p.08). Uma característica fundamental do jornalismo é lidar com o *lead*, uma bateria de perguntas que se estruturam para responder sobre do que se trata a reportagem. No jornalismo digital estas perguntas se distribuem em um formato de pirâmide inversa, em que as informações são distribuídas da mais importante – aquela que resolve todas as questões – para a menos importante – aquela informação extra ou meramente ilustrativa -, pois quanto menos cliques e toques necessários para se chegar a informação, mais acessível se torna a reportagem e mais rentável é para a indústria midiática. (FERRARI, 2006, p. 39-75). Dessa forma, a hierarquização da informação é muito bem distribuída ao longo de toda uma matéria jornalística.

Além das atividades dos empreendimentos brasileiros estarem presentes na pauta jornalística dos quatro jornais pesquisados, tornando-se um tema em debate nas mídias moçambicanas; a hierarquização das reportagens dos diferentes jornais segue uma lógica muito similar. O

7 Intitulado “JORNALISMO ECONÔMICO E *AGENDA SETTING*: OS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO PERANTE AS DECISÕES DO COPOM” e apresentado II Seminário Nacional Sociologia e Política em 2010.

enaltecimento das similaridades entre Brasil e Moçambique, as afinidades entre seus governos preenchem os primeiros parágrafos das reportagens e denotam o que as matérias jornalísticas julgam como mais importantes.

1.2 A LÍNGUA NA COLONIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique possui uma população de pouco mais que 20 milhões de pessoas, segundo o censo de 2007 disponibilizado pelo governo moçambicano. A população negra é a maioria, compõe 99% da população total. Os outros 1% são de minorias branca, mestiça e indiana hindu, indiana mulçumana e os goeses que compõem, principalmente, a zona urbana e que possui o peso social e econômico do país (THOMAZ, 2005-2006, p.255). Os principais grupos socioculturais de Moçambique encontram-se por todo o país e caracterizam aspectos lingüísticos e hábitos culturais das províncias rurais.

A grande parte dos historiadores, sociólogos e antropólogos, convergem na divisão de nove grupos sociais moçambicanos. Em praticamente todo o norte, estão os Macondes, os Macuas e os Suaílis, composto por diferentes grupos islâmicos, que se encontram a margem do Rio Rovuma. Na ponta noroeste de Moçambique vivem os Ajauas: povos islamizados que possuem história e cultura próprias; os Shonas compõem o maior grupo do centro do país, onde dividem-se em Ndaus, Manicas e Teves. Na zona central do país, ao longo do Rio Zambeze existem várias pequenas etnias, designados por “povos do Baixo Zambeze”, entre elas: os Nhungwes, os Senas, os Podzos e os Chicundas. Ao sul de Moçambique existem os grupos Tsongas, Bitonga e Chope (ROCHA, 2006, p.17-18). Ao todo, estes grupos falam vinte línguas locais, segundo a página oficial do governo de Moçambique, sendo elas: “cicopi, cinyanja, cinyungwe, cisenga, cishona, ciyao, echuwabo, ekoti, elomwe, gitonga, maconde (ou shimakonde), kimwani, macua (ou emakhuwa), memane, suaíli (ou kiswahili), suazi (ou swazi), xichanga, xironga, xitswa e zulu” (PORTAL DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2006).

A maioria das etnias de Moçambique compartilha um fundo cultural e lingüístico comum e, mesmo que distintas cada população compreende a língua do grupo sociocultural vizinho. A partir de trabalhos de arqueólogos e lingüistas, descobriu-se que as línguas autóctones de Moçambique vieram de um ramo do tronco lingüístico

“proto-banto”, chamado Banto, que se estabeleceu no sudeste da África, no atual espaço geográfico de Moçambique, por volta dos séculos III e IV. Os Bantos chegaram em três levas consecutivas, povoando primeiro o norte, depois o centro e o sul de Moçambique. Sendo assim, a população moçambicana atual é constituída por povos de origem lingüística Banto. Entre o período de povoamento da população Banto no território moçambicano e o “século XIX decorreu um longo processo em que, paralelamente à fixação de grupos que correspondem às atuais comunidades, ocorreram também grandes movimentos de deslocação de populações através de extensas regiões” (ROCHA, 2006: p.16).

A estratégica posição geográfica de Moçambique atraiu durante a sua trajetória inúmeros cruzamentos culturais, lingüísticos, sociais e políticos para além da convivência entre as populações Banto. A partir do século IX ou X, antes da tentativa portuguesa de formar um vasto território na África Central que ligasse os litorais moçambicano e angolano, surgiram as primeiras unidades políticas estaduais, como foi o caso do Reino do Zimbábwè, formado pelas populações Shona (ROCHA, 2006: p.13-26). O território do atual país Moçambique passou por diversos impérios e reinados. Estes grupos construíram grandes conjuntos habitacionais e mantinham relações comerciais com os árabes, que desde os séculos VII e VIII se encontravam na costa oriental do continente, em busca de ouro. Á partir do século XII, juntaram-se aos árabes os comerciantes indonésios, indianos hindus e mulçumanos e chineses que se instalavam em alguns pontos de Moçambique, em especial na Ilha de Moçambique e na Baía de Sofala, para a comercialização na África Oriental e em alguns pontos do interior, antes da chegada dos portugueses na região (ROCHA, 2006: p.27-29; THOMAZ, 2005-2006, p.261). Eles eram os intermediários entre as populações negras do interior e os mercadores Suaflis da costa oriental africana – escolhida como ponto de partida e chegada de mercadorias - e, posteriormente eram os intermediários entre as populações do interior e os portugueses (ROCHA, 2006: p.27-29).

Ao fazer uma breve historiografia dos múltiplos encontros culturais e dos possíveis hibridismos de tantas línguas, quando observado o panorama das línguas autóctones faladas atualmente pelos

grupos sociais em Moçambique⁸, deparamo-nos com uma clivagem existente entre o mundo rural e o mundo urbano.

Estima-se que cerca de 6,5% do total de moçambicanos tenham o português como língua materna, os quais correspondem a 17% do total dos que habitam em zonas urbanas, e apenas 2% dos que se encontram na área rural. (...) Atentar para a principal língua falada escancara a ruptura entre o espaço do mato ou da machamba e o espaço urbano (THOMAZ, 2005-2006, p.255).

No meio urbano, 26% da população é falante da língua portuguesa e tem o português como a sua principal língua de comunicação, enquanto que no meio rural, apenas 1,4% tem o português como sua língua de maior circulação. No meio rural observa-se que dentre as línguas maternas, a língua portuguesa é a menos falada (THOMAZ, 2005-2006: p.255). A língua mais falada na área rural é o emakuwa (macua), corresponde a cerca de 30% da população, enquanto que na área urbana designa-se 17% da população. Dentre as dez línguas mais faladas da África subsaariana, com mais de três milhões de falantes, quatro são bantos, entre elas o emakuwa, somente falada em Moçambique (ROCHA, 2006: p.18). Já para o xichangana, outra língua nativa, a maioria dos falantes encontra-se no meio urbano, com 16,6% da população e no meio rural corresponde a apenas 9%. Portanto, as línguas autóctones mais faladas são o emakuwa e o xichangana, este último se destaca por seu caráter também urbano, “revelando a importância da deslocada capital no extremo sul do país e a sobre representação dos changanas [falantes do xichangana] em posições-chaves da sociedade e da política moçambicanas” (THOMAZ, 2005-2006, p.257).

Atualmente as minorias no universo social moçambicano como os brancos, mistos e indianos usufruem da língua portuguesa e se fazem presentes nos centros urbanos. A totalidade dos brancos moçambicanos tem como a língua materna o português, os indianos possuem como a primeira língua uma das línguas indianas e se caracterizam como bons

8 As línguas foram designadas segundo o padrão definido pelo Núcleo de Estudos de Línguas Moçambicanas (Nelimo), ligado à Universidade Eduardo Mondlane (THOMAZ, 2005-2006)

conhedores da língua portuguesa e de línguas nacionais – talvez, revelando o contato que os indianos tiveram entre os povos nativos do interior de Moçambique e os mercadores Suaflis e os portugueses no litoral. No contexto da política lingüística em países pós-coloniais, como o Brasil, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, o português se vincula à unidade nacional e às línguas da comunicação estatal, da comunicação de massa, dos negócios e das relações com os estrangeiros.

A promoção e circulação das línguas locais implicam, principalmente, na mobilização das mídias de massa, de forma que elas se tornem instrumentos tanto de veiculação como de legitimação das línguas nativas (SEVERO, 2013, p.460). A partir de 2002 se configurou em Moçambique um programa por parte do Ministério da Educação e Cultura para a introdução oficial da educação bilíngue em línguas moçambicanas e português, em todo o país (PATEL, 2006 *apud* PONSO, 2011). Mas nota-se que ainda persiste uma homogeneização discursiva no modelo de investimento e apropriação das línguas locais em um país com diferentes línguas autóctones.

Para lidar com esta situação de multiplicidade lingüística em Moçambique, as mídias televisiva, radiodifusora e impressa começaram a introduzir os noticiários em línguas locais, visto que a Rádio Moçambique (Rádio Nacional), algumas rádios privadas e comunitárias e alguns canais de televisão também privados (TV Miramar, por exemplo), já o fazem mesmo que em proporções muito pequenas (CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.140). De qualquer forma, a novidade seria a expansão das línguas locais na imprensa escrita. Percebe-se que mesmo a nacionalização das línguas autóctones não confere obrigatoriamente a sua reprodução nas mídias. Esta característica lingüística leva-nos a diagnosticar em Moçambique uma desproporcionalidade na circulação das línguas nacionais em contexto público, o que pode ser constatado pelo status político, econômico e acadêmico conferido à língua portuguesa.

Ainda que no discurso oficial se reconheça as línguas autóctones enquanto “patrimônios” a serem preservados. Quando oficializa-se uma única língua como língua nacional, em detrimento das outras, no contexto plurilíngüe moçambicano é inevitável a exclusão dos cidadãos aos meios de comunicação, ou de processos educacionais, dos discursos oficiais, das leis, das decisões a nível nacional, etc. (SEVERO, 2013). De forma que as políticas educacionais multilíngues são empreendidas em Moçambique apenas de direito e não de fato, onde o “uso da língua colonial torna-se um exemplo de ‘fechamento da elite’, uma estratégia através da qual a política lingüística é usada pelos que estão no poder

para o manter, bem como seus privilégios” (FIRMINO, 2002, p. 72 *apud* PONSO, 2011).

Neste sentido a língua portuguesa possui um caráter segregacionista em que grande parte da população moçambicana se comunica em outras línguas que são oficializadas ou não nos planos escolares. Portanto a consolidação da língua portuguesa enquanto a língua de decisões nacionais se torna excludente com os moçambicanos que não falam português e somam 72,6% do total da população. Em especial no contexto moçambicano quando o português foi a língua utilizada para diferenciar os povos e conferir status a alguns durante a política excludente da separação entre negros, brancos e assimilados na colonização portuguesa.

Ao mesmo tempo em que a língua portuguesa exclui, paradoxalmente, é também a língua detentora da informação midiática e de operações estatais que opera enquanto distribuidora de informações, propagadora e proporcionadora de igualdades de condições, quando utilizada para a reivindicação do acesso às decisões nacionais que repercutem para a população. Uma vez que as línguas autóctones são excluídas dos grandes centros de decisões e pouco conhecidas em dimensões globais, a língua do colonizador é que se torna o caminho para a propagação das denúncias de maus tratos aos direitos humanos.

Apresento aqui um panorama das situações da língua portuguesa em Moçambique para compreendermos a representação dos jornais escritos em português no contexto moçambicano, onde existe muitas línguas autóctones e grande índice de iletrismo. Moçambique configura uma alta percentagem da população iletrada (em português ou em línguas locais) – deve-se levar em conta a tradição oral, em que muitos grupos moçambicanos a escrita não tem lugar de destaque. Em 2006, de acordo com Ministério da Educação, Moçambique tinha 51,9% do total da população iletrada. (AIM, 31 de Agosto de 2006 *apud* CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.135).

Portanto, os debates advindos destes jornais, não são públicos, e sim elitizados, para a elite que lê e para a elite que escreve em português. Deste modo, compreender o lugar de onde é proferido cada argumento, de onde vem cada produção noticiosa e compreender a noção do silêncio presente em cada palavra discursada é necessário para debater os discursos presentes nos jornais moçambicanos. Além de compreender que a língua veiculada é um uso político do discurso, uma vez que pode ser usado para estabelecer relações comerciais, criar alianças ou formas de cooperação. Portanto, a língua portuguesa é

fundamentada na pressuposição de um reconhecimento mútuo, entre aqueles que falam e se reconhecem naquela língua falada.

CAPÍTULO 2 – TRÊS EIXOS DISCURSIVOS UTILIZADOS PELOS JORNAIS: ENTRE INTERESSES EMPRESARIAIS E GOVERNAMENTAIS BRASILEIROS E MOÇAMBICANOS

2.1 O PORTUGUÊS COMO LÍNGUA E DISCURSO DE APROXIMAÇÃO

Nos jornais analisados para esta pesquisa foi possível verificar como certas reportagens procuram aproximar os interesses de empresas brasileiras, portuguesas e moçambicanas aos interesses do governo moçambicano. Elas articulam e enfatizam seus argumentos a partir de três eixos distintos: na língua portuguesa em comum e na literatura, na identidade cultural e nos projetos de desenvolvimento próprios de cada país. Ao longo do capítulo dois e de seus respectivos subcapítulos abordarei os três eixos discursivos.

Os discursos veiculados na mídia moçambicana utilizam, transformam ou se apropriam de uma dinâmica local da relação entre os sujeitos e as línguas, que passa a ter um valor político e econômico. O uso da língua portuguesa na comunicação nas mídias moçambicanas de grande circulação ilustra uma nova dinâmica espacial (política, cultural, econômica) sendo produzida pela distribuição e circulação em língua portuguesa de temas relativos ao Brasil e Moçambique, de forma que reafirmam o compartilhamento de uma língua e memória em comum, que justifiquem uma proximidade econômica.

É o que a experiência da literatura brasileira vai permitir, em certa medida, e que será divulgada em Moçambique e outros países participantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), onde “a possibilidade de circulação de discursos plurais, que carregam diferentes visões e formas de ser/estar no mundo, em uma ‘mesma língua’ funciona também como resistência à colonização discursiva e cultural” (SEVERO, 2013, p.468). Portanto, é neste aspecto que os autores brasileiros críticos vão defender a língua portuguesa e a sua maneira de se afirmar enquanto brasileiros falantes de português, onde falar a mesma língua que o país colonizador não é, em medida alguma, sinônimo de homogeneização cultural e social, mas sim, de divulgação de memórias silenciadas. Na globalização, os bens culturais (entre eles, a língua) assumem, pela sua possibilidade de circulação

ampla, um valor econômico agregado, o que acaba sobrepondo os interesses comerciais aos interesses públicos (SEVERO, 2013)⁹.

É nesta medida que os discursos noticiosos vão divulgar aproximações culturais para justificar projetos desenvolvimentistas entre Brasil, Moçambique e países do CPLP. São afirmados tais discursos de aproximação pela história vivida entre estes países, onde as reportagens reforçam a noção de que se falamos a mesma língua, somos o mesmo povo. No sentido de pressupor um reconhecimento mútuo e o compartilhamento de uma identidade nacional e cultural, enquanto fatores para uma unidade entre Brasil e Moçambique.

No primeiro eixo, que enfatiza a língua, há um enaltecimento da identidade comum entre os países, tal como está em destaque na fala do presidente Lula, na sua visita a Moçambique. Na reportagem, do jornal *A Verdade*, de 11 de Novembro de 2010, intitulada “Lula(das) em Maputo”, uma verdadeira compilação de diversas frases de Lula em diferentes momentos; destaca-se: “O povo brasileiro é o que é alegre, bonito, gosta de samba, Carnaval, futebol, tem a cintura mole, tudo isso por causa da nossa miscigenação e dessa mistura extraordinária entre africanos, índios e europeus”. Este exemplo vale-se para mostrar o efeito de discursos midiáticos em torno do “produto” brasileiro da identidade nacional que vende bem em terras moçambicanas.

A inserção deste “produto brasileiro” pode ser compreendido a partir da forte presença e influencia das obras de Jorge Amado, João Guimarães Rosa, Mário de Andrade, Gilberto Freyre em Moçambique e em outros países da África de língua oficial portuguesa. Estas obras aliadas às suas formas de pensar e retratar o Brasil abriram espaço para a inserção do pensamento social brasileiro, de manifestações culturais e contribuíram para a criação de uma imagem positiva e de aproximação cultural com o Brasil. Mia Couto, em sua palestra “Encontros e Encantos – Guimarães Rosa” na Universidade de Minas Gerais, em 2007, discorre sobre as influências de escritores brasileiros na literatura africana de língua portuguesa, ele pondera que

⁹ Um exemplo é a reforma da língua portuguesa, através do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre os países da CPLP que passa a estruturar formas homogêneas de comunicação e justifica a aproximação comercial, política e econômica entre os países.

haverá por certo uma necessidade histórica para essa influência. Há razões que ultrapassam o autor. Haveria uma predisposição orgânica em Moçambique e Angola para receber essa influência, e essa predisposição está para além da literatura (2011, p.109).

Esta predisposição estaria na memória compartilhada pela experiência colonial, na ruptura de identificações culturais e identitárias, na espoliação sofrida pela população, na imposição de uma língua e de uma maneira própria de representação de si e do outro. O fazer literário brasileiro apresenta, portanto, a possibilidade de problematizar a própria tradição literária sob o colonialismo e se reconstruir a partir de linguagens próprias. Com isso, possibilitou à produção literária moçambicana, sua própria reinvenção. Perante esta perspectiva, afirma Tania Macedo:

o papel exercido pela literatura brasileira no processo de formação dos sistemas literários dos países africanos de língua portuguesa deve ser examinado de forma a pôr em relevo as tensões, escolhas e projetos que recobrem questões como a do sistema de produção colonial, as relações ali engendradas e a da literatura nacional (2009, p.04).

Através da produção literária, o pensamento social brasileiro, portanto, irá se inserir em países africanos e passar a refletir nas próprias construções culturais e identitárias em África. Como poderíamos desconsiderar a influência dos pensamentos de Gilberto Freyre para a inserção dos diplomatas brasileiros em países africanos ou, atualmente, das empresas brasileiras em Moçambique? Jerry Dávila, discorre sobre o papel do mito da democracia racial de Gilberto Freyre, e como a mestiçagem tem sido largamente utilizada como uma “justificativa intelectual perfeita” para a afirmação do império colonial português e, anos depois, da afirmação de consulados brasileiros em solo africano (2011, p.31).

Ou ainda, os estudos sobre cultura e história africana do diplomata Alberto Costa e Silva – que foram muito elogiados por Mia Couto, na alocução do “Sonhar em Casa”¹⁰ – destacados por Dávila:

Freyre não viu a verdadeira natureza da miscigenação na África, um processo que pouco estava relacionado com os portugueses, e sim resultado de séculos de encontros dos africanos com árabes, persas e indianos (DÁVILA, 2011, p.33).

Dessa forma, Moçambique ao enfrentar este mesmo desafio alia-se ao Brasil no âmbito da produção literária que abre espaço para a construção e o repensar sobre a identidade nacional e cultural em Moçambique. “O que João Guimarães Rosa busca na escrita não é fazer um retrato do Brasil, mas sim oferecer um modo de inventar o Brasil” (COUTO, 2011, p.112). O mesmo acontece com outros escritores que, a partir, de regionalismos reinventam o Brasil, em torno de sua gente. A exemplo de Jorge Amado que, segundo Macedo, “é um extraordinário contador de histórias que trouxe à cena da literatura brasileira, como protagonista, o negro e um imaginário africano como o panteão ioruba, por exemplo” (2009, p.23) e enaltecido por Mia Couto, também em seu livro de ensaios “E se Obama fosse africano?”:

Jorge não escrevia livros, ele escrevia um país. E não era apenas um autor que nos chegava. Era um Brasil todo inteiro que regressava a África. Havia pois uma outra nação que era longínqua mas não nos era exterior. E nós precisávamos desse Brasil como quem carece de um sonho que nunca antes soubéramos ter. Podia ser um Brasil tipificado e mistificado mas era um espaço mágico onde nos renascíamos criadores de histórias e produtores de felicidade (COUTO, 2011, p.64-65).

Esses aspectos remetem a inquietações e questões que permeavam os autores moçambicanos assim como escritores brasileiros e outros de países de língua portuguesa. Portanto, influenciando o

10 Proferida no relançamento dos livros de Jorge Amado, em 2008, São Paulo, encontrada no livro “E se Obama fosse africano?” (2011, p.62)

pensamento em África, escritores e toda sua gente passam a reinventar a própria África. Mía Couto diz que a “dívida literária para com o Brasil começa há séculos atrás”, ele se remete ao século XVIII, quando resgata Gregório de Matos Guerra e Tomás Antonio Gonzaga como contribuidores para a criação dos primeiros núcleos literários em Angola e Moçambique e que acabaram por incentivar os incipientes grupos de escritores ali presentes (MACEDO, 2009, p.23-24). Entretanto, é de se mencionar que os textos produzidos por estes dois autores em terras africanas, partem de uma visão metropolitana e assumem uma imagem bastante distante do continente africano. (MACEDO, p.2009, p.04).

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os livros de Jorge Amado e de tantos outros brasileiros “cruzaram o Atlântico e [segundo Mía Couto] causaram um impacto extraordinário no nosso imaginário colectivo (*sic.*)” (2011, p.62):

Na altura nós carecíamos de um português sem Portugal, de um idioma que, sendo do Outro, nos ajudasse a encontrar uma identidade própria. Até se dar o encontro com o português brasileiro, nós falávamos uma língua que não nos falava. E ter uma língua assim, apenas por metade, é um outro modo de viver calado. Jorge Amado e os brasileiros nos devolviam a fala, num outro português, mais açucarado, mais dançável (*sic.*), mais a jeito de ser nosso. (COUTO, 2011, p.66).

Pensando a nação brasileira e, com isso, criando-a os escritores brasileiros concebiam a nação com toda a sua influência e construção africana, fazendo da nação brasileira uma extensão de tantas possíveis nações africanas. Portanto, os países africanos de língua portuguesa receberam as influencias da escrita literária brasileira: “descobríamos essa nação num momento histórico em que nos faltava ser nação. O Brasil – tão cheio de África, tão cheio da nossa língua e da nossa religiosidade – nos entregava essa margem que nos faltava para sermos rio” (COUTO, 2011, p.65). Com isto, muitos autores africanos, o próprio Mía Couto, Pepetela, Noémia de Sousa, Luandino Vieira, Eduardo Agualusa, Ondjaki, Paulina Chiziane começam a reconstruir a África inspirados nestas formas de construir o Brasil:

Em Moçambique nos vivíamos e vivemos ainda o momento épico de criar um espaço que seja nosso, não por tomada de posse, mas porque nele

podemos encenar a ficção de nós mesmos, enquanto criaturas portadoras de História e fazedoras de futuro (...). (COUTO, 2011, p.110).

É neste sentido que descreve Mia Couto e Tania Macedo que podemos pensar como os discursos favoráveis ao Brasil propagados pela mídia ganham espaço após a inserção destes pensadores brasileiros e é dessa maneira, através do discurso da nacionalidade, que estas relações se tornam afins.

Driblando as dificuldades do meio, lutando contra a censura, escolhendo caminhos e constituindo a tradição a partir de temas e linguagem próprios, os autores africanos construíram, a partir do diálogo com textos e autores do Brasil, literaturas capazes de exprimirem a sua singularidade. (MACEDO, p.2009, p.30).

Ao afirmar a singularidade brasileira e ao apresentar novas possibilidades de apropriação da língua portuguesa, a produção literária brasileira será referencia para os escritores africanos que a partir de sua própria literatura, conseguir trilhar “os caminhos da liberdade criativa e nacional” (MACEDO, p.2009, p.24). De maneira que a produção literária brasileira tornou-se um alicerce para a introdução de identificações culturais e nacionais em Moçambique.

Nesse contexto específico, a literatura adquire papel de relevo no processo de afirmação da identidade cultural africana, (...) onde ela conquistou plena representatividade como instrumento de resistência ao poder colonial, sobretudo no que ela apresenta de possibilidades de manipulação criativa a instaurar uma nova realidade lingüístico-cultural: a transgressão literária torna-se, assim, meio de veiculação dos anseios libertários da população, sendo utilizada a partir de perspectivas estéticas ideologizadas, já que se volta, a um só tempo, para a manifestação de uma causa revolucionária e para a afirmação de uma identidade coletiva. (PONSO, 2011, p.169)

É neste sentido que Letícia Ponso argumenta que uma identidade coletiva é realçada entre as empresas brasileiras, Moçambique e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde a língua portuguesa será o veículo para esta aproximação. Nesta parte, trago algumas reportagens onde é possível verificar os discursos

proferidos pelos jornais moçambicanos sobre a aproximação dos países da CPLP como justificativas para uma afirmação econômica.

Na reportagem “Línguas nativas devem ser valorizadas - defende reitor Lourenço do Rosário”, do jornal A Savana, escrito pela Redação (sem data), destaque:

Reconhecendo a importância da língua portuguesa como veículo de cultura, acesso à informação e ao conhecimento científico, Aires Ali *sublinhou a importância da interação com as línguas nativas dos Estados da CPLP, para o fortalecimento da cooperação linguística e cultural.*

Para que essa interação seja produtiva, defendeu Aires Ali, *é necessário envidar esforços no sentido de uma maior harmonia “na ratificação e implementação do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa”.* (grifo meu)

Na matéria do jornal Notícias (sem data) “Privilegiando a participação do sector privado: PR defende novas formas de cooperação com Brasil”, escrita por Alfredo Macaringue, destaque a seguinte parte.

Por seu turno, o governador do Estado de São Paulo, José Serra, provável candidato à substituição de Lula da Silva na presidência do Brasil, *situou a sua intervenção nos fortes laços de irmandade histórica que unem os dois povos desde os primórdios da existência humana, destacando que “é por isso que em muitos brasileiros ainda hoje circula sangue moçambicano”.*

“*Para além da língua comum, as nossas artes, as nossas danças e a nossa culinária têm muito em comum*”, sublinhou Serra, ajuntando que há muito que por isso os nossos povos aspiravam em comum os valores da liberdade. (grifo meu)

Na reportagem, também do jornal Notícias, sem autor e sem data, intitulada “Escola de Futebol da CPLP em criação no Brasil”, destaque:

O MINISTÉRIO brasileiro do Desporto e a Universidade de Brasília (UnB) assinaram ontem

um termo de cooperação técnica para a implantação da Escola Internacional de Futebol para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O projecto, que visa a integração entre os países da CPLP por meio da linguagem universal do futebol, conta com apoio também da Associação Nacional dos Colectivos de Empresários Afro-Brasileiros (ANCEAB), que reúne 930 empresas. *"Como país do futebol, o Brasil quer passar para os países de língua portuguesa o seu 'know how' e contribuir para o desenvolvimento humano dos países irmãos"*, afirmou à Agência Lusa o secretário-geral da ANCEAB, Lúcio Flávio Vale.

"Será uma rica troca de experiências. Afinal, o Brasil, único país a disputar todos os 'Mundiais', tem que dividir com nossos irmãos de língua portuguesa o que tem de melhor no futebol", assinalou Lúcio Flávio Vale. (grifo meu)

A partir desses exemplos é possível perceber como a língua portuguesa e os discursos sobre a língua e a identidade cultural se tornam discurso de aproximação entre os interesses econômicos brasileiros e moçambicanos. A natureza do status e do prestígio das línguas opera no nível político, uma vez que a circulação das línguas “refletem/constroem igualdades linguísticas e sociais, aproximam ou distanciam grupos, favorecem certas comunidades linguísticas em detrimento de outras, instauram práticas legitimadoras de certas línguas e de apagamento de outras, etc.” (SEVERO, 2013, p. 457). Portanto, os significados sociais vinculados às escolhas linguísticas são construídos e reforçados local e mundialmente e atuam na construção e manutenção de certas identidades.

As mídias de grande circulação repercutem e produzem discursos e argumentos das classes hegemônicas empresariais ou governamentais que são favoráveis às instalações de empresas brasileiras em Moçambique. Para a efetivação destas escolhas, estes jornais favorecem a comunidade lingüística portuguesa, a começar pelo uso da língua portuguesa para noticiar, em seguida, as suas incontáveis reportagens sobre a “irmandade” da CPLP e a opção pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa para uma maior “harmonia” entre estes países. Neste aspecto estas mídias legitimam a língua portuguesa enquanto apagam as tantas outras línguas moçambicanas. Ao fazer isso, as mídias dão

credibilidade a configuração das forças ideológicas de blocos que atuam hegemonicamente e que propagam uma cultura homogênea, de se afirmar na configuração econômica mundial, como é o caso da CPLP.

Não é apenas na literatura ou na língua portuguesa que as memórias coloniais em comum entre Brasil e Moçambique, enaltecidas pelas reportagens, se revelam como eixos norteadores da afirmação de negócios empresariais brasileiros em Moçambique. Esta memória em comum revela toda uma espoliação humana sofrida pela população negra brasileira e moçambicana, mas que é reconfigurada pelas mídias como um ponto benéfico para haver uma identificação entre as populações, de maneira para facilitar a abertura para o capital brasileiro adentrar em Moçambique. Como veremos no subcapítulo seguinte.

2.2 DISCURSOS MIDIÁTICOS DE APROXIMAÇÃO E QUESTÕES IDENTITÁRIAS

Ao ler as reportagens sobre o Brasil ou empresas brasileiras, um aspecto comum entre os jornais moçambicanos é a maneira como o Brasil é retratado enquanto “país irmão” de Moçambique. Nesta esfera, fica em evidência nas escolhas das palavras utilizadas para a composição da matéria jornalística, nas falas de representantes de ambos os governos e de empresários, que as matérias dos jornais, ideologicamente diferentes entre si, buscam apontar laços comuns entre Brasil e Moçambique. O que pode ser observado nos adjetivos referentes às relações entre Brasil e Moçambique: “*são países amigos, irmãos e participantes da CPLP*”¹¹, “*países irmãos como é o caso de Moçambique*”¹², “*com o Brasil não, devido à sua imagem, que é muito*

¹¹ Matéria intitulada “Assiste-se ao crescimento das relações entre Portugal e Moçambique”, de 14 de outubro de 2011, do semanário A Savana, no qual apresenta-se uma entrevista com o embaixador português Mário Godinho de Matos, na véspera da realização da 1ª reunião de cúpula Portugal-Moçambique. O trecho destacado é a resposta do embaixador português para a pergunta “Moçambique materializa o encontro dos países de língua portuguesa com a forte presença de Portugal e do Brasil, há parceria no trabalho?”.

¹² Trecho da reportagem “Moçambique reitera vontade de estreitar cooperação com Brasil”, de 09 de novembro de 2010, na qual é ressaltado a intenção do governo moçambicano “em reforçar as suas relações de cooperação com o Brasil”. Este trecho foi um pronunciamento do ministro brasileiro da Previdência Social, Carlos

boa”¹³ (grifo meu) e exemplificado na maneira como as reportagens moçambicanas destacam o modo pelo qual o governo brasileiro reforça a ideia de um compartilhamento cultural africano: “*ressaltando sempre a ‘dívida histórica’ para com os africanos, levados como escravos para o Brasil*”¹⁴, “*Temos raízes neste continente, renovemos a nossa identidade nacional*”¹⁵, “*Outrora pedaços de um único território, Brasil e África estão desenvolvendo um modelo de relações que tem o potencial de religar as duas margens do Atlântico Sul*”¹⁶ (grifo meu).

Os jornais, com diferentes linhas editoriais, tomam posições similares a respeito das iniciativas econômicas brasileiras em

Gabas, no qual ele pronunciou: "o governante brasileiro disse haver uma orientação clara do Presidente Lula sobre a necessidade de o Brasil partilhar as suas experiências com os países irmãos como é o caso de Moçambique".

¹³ Trecho da reportagem “Polémicas (sic.) com empresas brasileiras pode comprometer imagem do Brasil”, do jornal O País, de 05 de setembro de 2012, A reportagem traz a declaração do ex-ministro moçambicano da Informação, José Luís Cabaço, em entrevista à Agência de Notícias de Portugal S.A. (Lusa): “Não foi só com empresas brasileiras que ocorreram problemas, mas o que saiu nos jornais foi o Brasil. Com os outros [países], as pessoas acham que é normal, mas com o Brasil não, devido à sua imagem, que é muito boa”.

¹⁴ Do jornal @Verdade, a reportagem “Brasil coloca África como prioridade da sua política externa”, escrito pela Redação, em 29 de novembro de 2010, no contexto do surgimento das iniciativas empresariais brasileiras em Moçambique.

¹⁵ Do jornal @Verdade, trecho da matéria jornalística “Como, graças a Lula, o Brasil descobriu África”, datada de 21 de outubro de 2010, onde o editorial do jornal escreveu: “Mas tudo mudou com Lula, que, desde o início do seu mandato, fez claramente saber que África era uma das prioridades da sua política externa. ‘Temos raízes neste continente, renovemos a nossa identidade nacional’, declarou [o ex-presidente brasileiro]”.

¹⁶ O jornal Notícias (sem data) traz a matéria “COOPERAÇÃO – Brasil intensifica negócios em África”, traz o relatório do Banco Mundial obtido pela BBC Brasil, este documento “analisa a intensificação das relações entre Brasil e África a partir de 2003, quando o governo Luiz Inácio Lula da Silva elegeu o continente como uma das prioridades de sua política externa, parte da estratégia de ampliar a influência brasileira no mundo.”

Moçambique. Os argumentos sobre as afinidades nacionais e culturais precedem o caminho dos investimentos brasileiros no país e suavizam as relações comerciais e diplomáticas. O discurso noticiário, ao referir-se sobre o Brasil, Moçambique ou Portugal sustenta todo um percurso histórico no intuito de buscar uma ligação entre os continentes, entre os países. Esclarecido por Eni Orlandi:

Isto produz um efeito de sentido que nos leva a uma leitura que silencia, ao gosto do discurso da mundialização, o fato de que somos um Estado, uma nação com suas especificidades, com seu povo, suas diferenças sociais, como é próprio do capitalismo. (2011, p.129-130).

Estas reportagens de interesses políticos e econômicos diluem as diferentes opiniões da sociedade, silenciam as críticas e confluem-se para a unanimidade. De modo que não impossibilita os interlocutores achar possível que os dois países compartilhem particularidades em suas identidades nacionais.

O discurso nacional dominante, comumente propagado nas mídias brasileiras e moçambicanas, enaltece a “dívida histórica” que o país tem com a população negra e exalta as raízes africanas para a consolidação da identidade nacional brasileira. Seus discursos convergem para a afirmação da existência de uma identidade nacional brasileira, que inclui a herança africana, produzindo um discurso homogeneizante, que é próprio do capitalismo. A exaltação à descendência africana no Brasil confere proximidade e compreensão à cultura nacional moçambicana.

Moçambique e Brasil fizeram parte das oito colônias do império português que buscava criar uma noção de “nação” atrelada as suas conquistas coloniais (MATOS, 2006, p.55). Ao referir-me sobre nação, ela será pensada como uma “comunidade imaginada”, na acepção de Benedict Anderson (2008). Segundo Matos, “no âmbito do projecto (*sic.*) colonial a identidade nacional, o campo científico e o desígnio político estavam intimamente ligados” e, neste sentido, encontram-se “discursos simultaneamente políticos e científicos que definem a ‘nação’ portuguesa como uma ‘nação colonial’” (2006, p.55). De maneira a

poder garantir uma demarcação de fronteiras favorável aos interesses portugueses, um discurso que lançasse mão apenas de ‘direitos históricos’ não era suficiente: fazia-se necessário comprovar

um real conhecimento e domínio do ultramar (THOMAZ, 2002, p.105).

Diversas escolas de estudos coloniais foram criadas para estabelecer uma “ocupação científica” nas colônias. Esta idéia de “ocupação” pressupunha, além da noção de “conhecer” para melhor “dominar”, sobretudo, a de que o processo colonizador deveria ser indicado por pressupostos verdadeiramente científicos, sob o amparo de uma “ciência colonial”. Saber, dominar e explorar estavam absolutamente imbricados para o projeto colonial funcionar, onde o controle da força de trabalho dos nativos, a dominação territorial, a exploração dos recursos físicos, orientados por pressupostos científicos; conduzissem para que o fim fosse “a incorporação plena dos indígenas ao corpo político e espiritual da nação” (THOMAZ, 2002, p.105-106).

As reportagens pesquisadas enunciam que o imaginário da grande mídia moçambicana propaga que o Brasil teria sofrido enquanto ex-colônia de Portugal, e, portanto, compreenderia as formas de domínio impostas pelo império português. Atualmente a ação estatal moçambicana possui o domínio das terras, a ação privada e mista nacional e, principalmente, estrangeira dominam a exploração dos recursos físicos. Portanto, a tríplice entre saber, dominar e explorar se reconfiguram com a presença das empresas brasileiras em solo moçambicano. Apresentado curiosamente na reportagem “Governo oferece Norte de Moçambique a brasileiros”, de A Savana, escrito por Emídio Beúla:

A ‘nova fronteira agrícola do Brasil’, como escreve o jornal editado em São Paulo [Folha de São Paulo], deverá situar-se nas províncias nortenhas do Niassa, Cabo Delgado e Nampula, e na Zambézia, província localizada no centro do país. Curiosamente, os 60 000 quilómetros (*sic.*) quadrados “oferecidos” aos brasileiros fazem parte dos aproximadamente dois terços (2/3) do território que o Governo colonial português concessionara (*sic.*) às companhias com interesses económicos (*sic.*) na então colónia (*sic.*) de Moçambique nos finais do século XIX. Enquanto Portugal pretendia, entre outros objectivos (*sic.*), assegurar a autoridade administrativa em todo o território da ex-colónia (*sic.*) e ganhar dividendos, o executivo moçambicano visa, com esta mega-concessão, ganhar experiência e ver empregue 90% de mão-de-obra moçambicana.

As proporções das iniciativas brasileiras são comparadas às do império português, mas diferenciadas quando apresentadas como asseguradoras de melhores condições que proporcionem o desenvolvimento de Moçambique. Nos territórios coloniais empregava-se a “nacionalização”, que, além de constituir-se nos âmbitos econômico e político, seria instituído, também, na esfera “cultural”: “os ‘indígenas’ e os habitantes de todas as colônias portuguesas fariam parte do corpo da ‘nação portuguesa’ espalhada pelos quatro cantos do mundo” (THOMAZ, 2002, p.101).

A diversidade cultural, conjugada com a idéia de ‘estágios de desenvolvimento’, consagrava literalmente a desigualdade estrutural do império e atribuía ao estado o papel tutelar e de administração da progressiva assimilação da população nativa ao corpo *político e espiritual* da nação. E mais: transferia para a essência da nação o fato de possuir e agir nos territórios coloniais, administrar e colonizar. (THOMAZ, 2002, p.103).

Desta maneira, “as colônias, enquanto categoria adquirem um estatuto homogêneo e o que delas é escolhido para expor identifica, de certa forma, a ‘nação’” (MATOS, 2006, p.240). A construção da nação é também um processo de “objetificação de valores”, como a nacionalidade, que sustentam a criação da idéia de um império português e, dessa forma, sua representação permite imaginar a própria nação.

Portanto, compreender-se dentro da nação portuguesa, propunha compreender-se enquanto colonizador ou colonizado, dependendo se, para a nação, estes fossem considerados cidadãos ou indígenas ou “assimilados”. Portanto, “opor-se ao projeto colonial era opor-se à nação” (THOMAZ, 2002, p.99). A censura impedia e limitava os acessos dos anticolonialistas à esfera pública, de tal modo, como se estes tivessem declarado o ataque à nação.

A concepção do império português é resgatado como uma “comunidade imaginada”, nos discursos propagados pelas mídias de representantes governamentais, de conglomerados empresariais e empresas brasileiras e moçambicanas. Tendo o imaginário do império português no horizonte e da aproximação proporcionada entre Brasil e Moçambique, estes atores dão sentido de que ambos os países compartilhariam a mesma comunidade imaginada transnacional. Destacando momentos históricos positivos que, ocultados pelo silêncio,

no não-dizer estão as experiências negativas pelas quais ambos os países passaram para ter as conexões que possuem hoje. Como esclarece Michael Pollack:

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado (1989, p.08)

Como argumentou Benedict Anderson, a identidade nacional faz parte da "comunidade imaginada", de forma que as diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (2008, p.35 - 162). Segundo Pollack, a memória é

essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e de fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as posições irreduzíveis. (1989, p.09)

Neste sentido, as reportagens analisadas promovem imagens que "tem como objetivo suscitar uma 'emoção colonial'", através da invocação da memória colonial como tentativas de reforçar sentimentos de pertencimento entre Brasil e Moçambique. E estabelecer fronteiras sociais onde ambos os países, sendo ex-colônias portuguesas, se reconfigurariam em uma comunidade imaginada transnacional, para

uma melhor aceitação de iniciativas econômicas brasileiras pela população moçambicana.

Portanto, memórias coletivas fortemente construídas (como a “dívida histórica” e a “democracia racial”), com seus discursos que se encontram na esfera do dizível, são chamadas de memória nacional, que é a memória comum à maioria da sociedade civil. Trago duas reportagens para elucidar como é visível a manifestação e propagação da memória institucionalizada. Na reportagem do jornal Notícias “Dilma Rousseff, esperada hoje: Moçambique e Brasil reforçam cooperação”, destaco:

As relações comerciais entre Moçambique e Brasil poderão vir a ser reforçadas na sequência da visita, a partir de hoje, ao nosso país, da Presidente daquele país da América Latina, Dilma Rousseff.

Dilma Rousseff permanecerá em Moçambique dois dias, sendo que para além de participar nas cerimônias (*sic.*) de deposição de coroa de flores na Praça dos Heróis Moçambicanos por ocasião da passagem dos 25 anos da tragédia de Mbusini, que vitimou o Primeiro Presidente de Moçambique, Samora Machel, e sua comitiva, também deverá tomar parte num encontro com homens de negócios dos dois países.

E na reportagem do jornal @Verdade “Brasil promete investir estrategicamente em Moçambique” datada de 20 de outubro de 2011, escrita pela Agência de Informação de Moçambique (AIM), ênfase:

A fonte acrescentou que a sua primeira visita [da presidente Dilma Rousseff] a Moçambique ficará registrada na memória do tempo, por ter coincidido com um momento ímpar na história do país, a festa da passagem do 25º aniversário da morte do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, e, para assinalar a data, foi inaugurada uma majestosa estátua na Praça da Independência.

Percebe-se que a escalação do momento da visita da presidente Dilma à Moçambique não foi escolhida ao acaso, sendo uma data de

comemoração nacional. Portanto, a sua visita neste momento histórico não ficará marcada apenas na memória nacional de modo que esta visita, propiciada pela boa relação política e econômica entre os países, ficará marcada na “memória do tempo”.

Michael Pollack, em seu artigo “Memória, esquecimento, silêncio”, juntamente com Benedict Anderson, em “Comunidades Imaginadas”, descreve os monumentos, a arquitetura, os feriados nacionais, as homenagens aos combatentes da guerra, os heróis da pátria, as artes e até mesmo a culinária como os símbolos nacionais que constantemente evocam uma memória nacional, afirmam e reafirmam sua identidade nacional. Como o exemplo da menção a “majestosa estátua na Praça da Independência” que será erguida em comemoração e lembrança do 25º aniversário de morte do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel - no mesmo dia da visita da presidente brasileira - como um símbolo dos ideais da nação.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLACK, 1989, p.08)

Consentindo com a memória coletiva “legítima”, a memória nacional e os símbolos nacionais, que evocam lembranças e momentos históricos vivenciados ou não, são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política (POLLACK, 1989, p.3-15).

A memória oficial, que permanece na esfera do dizível, opera no sentido contrário de uma memória dominada, cercada por sofrimentos que, no âmbito do não-dito, jamais puderam se exprimir publicamente.

Essa memória “proibida” e portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica (POLLACK, 1989, p. 05)

Na evocação dos discursos de aproximação entre Brasil e Moçambique resgata-se a memória colonial em comum, na exaltação das diásporas africanas como uma memória positiva em relação às trocas culturais e na constituição do povo e da cultura brasileira, mas omite-se que estão intrinsecamente ligadas ao processo escravagista, às violações humanas, à aniquilação de culturas, à imposição de uma língua estrangeira. Portanto, vale pensarmos sobre “o que realmente importa, tanto do ponto de vista prático quanto teórico é, como, a partir de quê, por quem e para quê uma identidade é construída” (CASTELLS, 1942, p.48).

O que está oculto nos enunciados das reportagens é que o Brasil não é simplesmente o Brasil do governo e das empresas, a ideia de uma cultura nacional homogeneizada não corresponde à realidade brasileira. Os negros existem marginalizados na sociedade brasileira, que sofre com o preconceito racial, enquanto representantes governamentais insistem em propagandar a falsa igualdade racial. Através deste discurso, juntamente com as camadas corporativistas, vislumbram uma melhor aceitação de iniciativas econômicas brasileiras pela população moçambicana, de forma a assegurar negócios em Moçambique. Existem contradições nos próprios discursos governamentais brasileiros, quando estes enaltecem a descendência negra africana e outras vezes ocultam a realidade racista vivida no Brasil, de forma que a desigualdade fica invisível. Portanto, o passado histórico é usado pragmaticamente pelos discursos de representantes e articulados pelas matérias jornalísticas, de maneira que por vezes estas questões são ressaltadas e, por outras são diminuídas, ocultadas, silenciadas.

Para assegurar a implementação de empresas brasileiras em Moçambique não é suficiente que apenas as similaridades na identidade nacional de Brasil e Moçambique sejam ressaltadas nos discursos jornalísticos. Como exaltado pelo repórter Rogério Sitoé, do Jornal Notícias, “A IDEIA romântica de cooperação alicerçada na língua e História colonial mais ou menos comum não basta para desenvolver países”¹⁷, é necessário algo mais. Neste sentido, o discurso desenvolvimentista se faz imprescindível para a garantia da presença das empresas brasileiras em solo moçambicano.

¹⁷ Reportagem intitulada “Do romantismo ao desenvolvimento: PR no Brasil para incentivar investimentos”,(sem data).

2.3 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: DISCURSOS MIDIÁTICOS E AS RELAÇÕES COMERCIAIS

Esta manipulação dos “discursos de aproximação”, em que identificações culturais são exaltadas e memórias nacionais são realçadas, atua no sentido de preservar os interesses econômicos que as empresas brasileiras possuem em Moçambique e vice-versa, que o governo moçambicano possui com a presença destes empreendimentos em seu país. As questões identitárias, emergem para operar o debate desenvolvimentista que movimenta a discussão da presença brasileira em Moçambique.

Segundo Leticia Fieira,

no atual contexto da globalização sob o domínio da finança, o poder econômico ocupa um espaço ainda mais importante no discurso e nas orientações dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que a mídia tornou-se uma das indústrias centrais da atual fase do capitalismo. Assim, os temas relativos à economia brasileira têm uma visibilidade cada vez maior nos espaços midiáticos [moçambicanos]. (FIEIRA, 2010, p.04)

Estes interesses econômicos são preservados pelos discursos desenvolvimentistas que operam dentro da lógica do sistema econômico mundial. Dentro desta lógica as forças dominantes capitalistas discursam, desde pelo menos o início do século XIX, que o desenvolvimento econômico é um processo natural e que tudo que se requer para realizá-lo é “*liberar las fuerzas de producciòn y permitir a los elementos capitalistas crecer rápidamente, sin impedimentos*” (WALLERSTEIN, 1997).

Immanuel Wallerstein (1999), com a sua teoria do sistema-mundo capitalista, defende que existem países centrais, que, de certa forma, delimitam a ordem econômica, militar e política do sistema, e países periféricos, que orbitam em torno daqueles Estados centrais. O desenvolvimento dos Estados periféricos se fez a partir da dinâmica de expansão dos países centrais. Em outros termos, a Índia, o Brasil, a China, Moçambique, toda a África e América Latina e grande parte da Ásia existem enquanto parte deste sistema-mundo operado pelos países centrais. Deste modo, observa-se que ocorre uma abertura econômica tardia do Brasil com a África, se compararmos com os países

favorecidos histórica e economicamente dentro do sistema capitalista, como os Estados Unidos, o continente europeu, Japão e Oceania.

Compreende-se que os Estados dispõem-se hierarquicamente uns em relação aos outros e às suas histórias compartilhadas e que as relações econômicas, políticas e culturais entre Estados, nações, países são profundamente desiguais (WALLERSTEIN, 1999, p.459-460). Porém, nestas relações os Estados sustentam discursos de igualdade para a conquista da implantação de projetos econômicos e a garantia de mercados lucrativos.

Muitos são os projetos que empresas brasileiras querem aplicar ou já aplicam aos países africanos de língua oficial portuguesa, muitos já ocorrem em Angola e Moçambique se torna o novo terreno para as empresas e multinacionais brasileiras se firmarem no sistema-mundo capitalista enquanto empreendimentos economicamente qualificados. São em torno de trinta projetos que empresas públicas e privadas brasileiras mantêm em Moçambique, entre os projetos, estão o de produção agrícola, com o apoio da Embrapa nas áreas de reflorestamento de Machipanda, na fronteira com o Zimbábue, o de desenvolvimento do Pró-Savana, programa nos moldes da parceria com o Japão que implementou uma série de culturas no cerrado brasileiro em 1973, conhecido como Programa de Desenvolvimento do Cerrado (PROCEDER); a fábrica de anti-retrovirais, para o tratamento da AIDS, que será gerida pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz); o de implementação de um programa de Especialização em Aquicultura e Extensão, para a formação científico-acadêmica em Aquicultura para os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); o de parceria para a produção de bicompostíveis; além de projetos “sociais” como o incentivo ao desenvolvimento de cooperativas nacionais, em Moçambique chamadas de Micro empresas Rurais Associativas (Merás), do projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Bolsa Família, o curso de formação profissional no sector manufatureiro, com o apoio do Serviço Nacional da Indústria (Senai); a informatização da Previdência Social do país, com acompanhamento da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev).¹⁸

¹⁸ Estas informações foram retiradas das reportagens analisadas e estão descritas nas referências bibliográficas.

Portanto, sem me ater a um destes projetos específicos, irei expor como o debate público nas mídias utiliza-se de argumentos desenvolvimentistas, para a implementação destes projetos. A palavra “desenvolvimento” é frequentemente empregada nas reportagens dos jornais moçambicanos que abordam assuntos econômicos, como se a utilização desta palavra assegurasse uma real mudança econômica e social em Moçambique. Trago duas reportagens do jornal estatal Notícias que são bem ilustrativas. Mais uma vez, apresento a reportagem intitulada “COOPERAÇÃO – Brasil intensifica negócios em África”¹⁹, em que é destacado parte do relatório do Banco Mundial sobre as relações entre Brasil e África:

"há cerca de 200 milhões de anos, África e Brasil integravam o continente de Gondwana [o supercontinente do sul que incluía a maior parte das zonas de terra que hoje constituem os continentes da Antártida, América do Sul, África, Índia e Austrália] *Hoje, ambos estão restabelecendo conexões que podem criar impactos significativos na prosperidade e no desenvolvimento dos dois*". (grifo meu)

E na matéria intitulada “Democracia não existe sem uma base econômica (*sic.*) - defende Presidente Guebuza na interação (*sic.*) com empresários brasileiros”, de Rogério Sitoé, destaco o seguinte trecho:

Apesar de a cooperação bilateral entre os dois países ser descrita como sendo positiva, particularmente ao nível do entendimento político, *ambos os países estão preocupados com o baixo nível de investimentos no sector empresarial e nas trocas comerciais*. E é isso que os Presidentes Armando Guebuza e Lula da Silva procuram alterar, explorando *a harmonia e amizade que ambos nutrem reciprocamente*, segundo fontes diplomáticas. (grifo meu)

Com base na teoria da agenda pode-se observar que o jornal Notícias optou evidenciar as preocupações aos baixos investimentos em

¹⁹ Reportagem sem data e sem autor.

Moçambique e “naturalizou” o discurso desenvolvimentista, onde a preocupação maior é “o baixo nível de investimentos no sector empresarial e nas trocas comerciais” com o Brasil. Nesta reportagem o nome dos presidentes são postos lado a lado como que ilustrando que estão juntos para combater as adversidades econômicas. Não faz parte da pauta jornalística destas duas matérias questionar estas trocas comerciais e como estas conexões são estabelecidas, se são positivas e para quem, em quais aspectos elas foram acordadas. Esta parceria entre os países é apresentada sem ser questionada, o que corrobora para o estabelecimento de empreendimentos brasileiros em Moçambique.

Com vista a garantir o projeto desenvolvimentista a qualquer custo, a notícia do jornal @Verdade “Brasil promete investir estrategicamente em Moçambique” datada de 20 de outubro de 2011, escrita pela Agência de Informação de Moçambique (AIM), reafirma a fala de Dilma quando apresenta que o desenvolvimento proposto pelo governo brasileiro é diferente em sua fundamentação, destaco esta parte:

A Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, afirmou que o seu país está disposto a investir estrategicamente em Moçambique, com vista a *garantir um desenvolvimento sustentável cujos resultados oferecem ganhos recíprocos para os dois Estados parceiros.*

Um desenvolvimento sustentável pressupõe que haverá respeito social e ambiental no processo de crescimento de Moçambique. Rompendo com velhos paradigmas, a ânsia pelo desenvolvimento desenha caminhos plurais e heterogêneos em que os “Estados parceiros” manteriam uma relação diferente, se ajudariam mutuamente e dedicariam à população moçambicana o poder da mudança social.

Estes trechos imperam argumentos de que a relação entre o Brasil e Moçambique é diferente, de forma que iniciativas brasileiras realmente mudarão a realidade da população moçambicana, uma vez em que já tenham dividido o mesmo território quando os continentes sul-americano e africano eram um só, que os presidentes de ambos os países compartilham boas relações dotadas de “harmonia e amizade” e que existe a promessa do desenvolvimento sustentável.

Porém, no decorrer deste capítulo e ao longo das reportagens pesquisadas, veremos como que estes esforços desenvolvimentistas são direcionados para o sucesso da abertura de mercado e da conquista da exploração de matérias primas. De maneira que, para a sua eficácia, o

projeto desenvolvimentista brasileiro exhibe novos discursos para a sua efetivação, tais como: proporcionar demanda de mão-de-obra, criar empregos, distribuir tecnologias industriais e agropecuárias e distribuir *know-how*. Em troca do “*know-how*” as empresas brasileiras ganham espaços de mercado, seja para a exploração dos recursos físicos ou para a comercialização destes, com a concessão, apoio e, mesmo, incentivo do governo moçambicano.

Como exemplificado no jornal O País que publicou, no dia 17 de maio de 2009, (sem autor), uma reportagem intitulada “Gigantes asiático e sul-americano afirmam-se em Moçambique”:

China e Brasil têm-se empenhado nos últimos anos em afirmar-se econômica (*sic.*) e diplomaticamente em África e países lusófonos como Angola e Moçambique *têm sido palcos de eleição para as duas potências emergentes.*

O factor (*sic.*) central desse desejo de afirmação dos gigantes da Ásia e América do Sul *é o acesso a matérias-primas como o petróleo e o carvão, bem como a abertura de novos mercados para os seus produtos; em troca, oferecem crédito, infra-estruturas e "know-how", além de ajuda ao desenvolvimento.* (grifo meu)

Interessante notar que os agentes da ação desta reportagem são China e Brasil. Exemplificado quando a reportagem afirma que estes países têm se “empenhado” para se afirmar em Moçambique, garantindo o esforço despendido por eles. Enquanto que estes países africanos são “palco de eleição para as duas potências emergentes”, de forma que Moçambique é posto como mero receptor de suas atividades, que recebe “ajuda ao desenvolvimento” com a presença destes “países emergentes”.

As nações estrangeiras centrais, periféricas emergentes e organismos internacionais propagam seus interesses, formam a opinião pública, interpretam culturas locais para um melhor conhecimento do terreno e auxiliam os governos para formularem políticas para tornar o horizonte em prol do projeto desenvolvimentista possível. Como podemos ver na reportagem “Guebuza fala sobre a terra” (sem data), do semanário A Savana, escrito por Emídio Beúla:

Numa sessão atípica do Conselho de Ministros alargada a quadros do partido Frelimo, o Chefe de

Estado moçambicano defendeu esta semana que a terra deve ser “primordialmente” colocada ao serviço das populações, *mas assegurou que para a sua maior contribuição no desenvolvimento do país o executivo vai continuar a pô-la à disposição de investidores nacionais e estrangeiros em pequenas, médias e grandes dimensões.*

No fundo, Armando Guebuza estava a reagir às preocupações geradas a nível interno pelas informações postas a circular pela Folha de São Paulo sobre *a concessão de seis milhões de hectares de terra arável feita pelo executivo moçambicano a favor de agricultores brasileiros.* (grifo meu)

Portanto, as relações das empresas brasileiras em Moçambique configuram parte da nova dinâmica global, na qual a efetivação dos projetos nacionais opera através da lógica do mercado internacional. Onde,

como tal, o Estado não tem mais o protagonismo; no entanto ele não desaparece do cenário, tal qual a proposta novo-desenvolvimentista com matizes que ora enfatizam sua maior participação, ora evocam a importância do mercado (global) para consecução de objetivos nacionais primordiais (Bresser-Pereira, 2006 *apud* RADONWSKI, p.151).

É neste sentido que o argumento desenvolvimentista configurado por estes jornais veiculam as relações entre empresas brasileiras e o governo moçambicano. Quem detém o discurso é a indústria midiática, quem detém o poder de proporcionar o desenvolvimento são os empreendimentos internacionais, mas quem detém o conhecimento sobre o terreno, os recursos naturais, sobre os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, é o governo. De maneira que a parceria entre empresas brasileiras, governo moçambicano e a indústria midiática torna-se primordial para a efetivação de um projeto desenvolvimentista em Moçambique. Como podemos ver na reportagem, destacada mais uma vez, “Assiste-se ao crescimento das relações entre Portugal e Moçambique”, de 14 de outubro de 2011, a qual apresenta uma

entrevista com o embaixador português Mário Godinho de Matos, na véspera da realização da 1ª reunião de cúpula Portugal-Moçambique. Para a mesma pergunta “Moçambique materializa o encontro dos países de língua portuguesa com a forte presença de Portugal e do Brasil, há parceria no trabalho?”, que destaquei anteriormente, agora o embaixador português responde:

As empresas têm essa noção, de que o *Brasil é um país muito relevante para contribuir no desenvolvimento econômico (sic.) de Moçambique.* (grifo meu)

E na manchete da reportagem do Jornal Notícias “Do romantismo ao desenvolvimento: PR [Presidente da República] no Brasil para incentivar investimentos”, escrita por Rogério Sitoé (sem data), já exemplifica a atenção especial dada ao tema do desenvolvimento. Destaco, ainda, parte da matéria:

À partida há uma vontade política de ambos os lados, sobretudo das lideranças, para que se atinja um nível de cooperação mais tangível. Luís Inácio Lula da Silva tem sistematicamente apontado a África como uma das grandes prioridades da política externa brasileira, considerando que aquele país latino-americano e o Continente Africano devem apostar na cooperação económica sem intervenção estrangeira. Reiterou este compromisso há semanas na cimeira da UA em Sirte. Na sua visita ao nosso país em Outubro do ano passado considerou "acanhada" a presença de empresas brasileiras em Moçambique, face às potencialidades existentes, desafiando-as a aumentar a presença no país. Por seu turno, Guebuza tem demonstrado simpatias à política africana que o Governo de Lula da Silva revela e ao compromisso do Brasil como parceiro participar na superação das barreiras que impedem Moçambique de alcançar os níveis de desenvolvimento que ansia. (grifo meu)

O discurso do desenvolvimento presente nestas reportagens destacadas “*ha sido el agente principal y más ubicuo de la política de la*

representación y de la identidad en gran parte de Asia, África y América Latina en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial” (ESCOBAR, 2007, p.358-359). Na história dos continentes asiático, latino-americano e africano tem-se presenciado uma sucessão de regimes repressivos, entre colonialismo e neocolonialismo, regimes socialistas, ditaduras, regimes totalitários, originadas da modernidade europeia e, pouco a pouco, vão sendo assimilados a projetos nacionais, “*en América Latina después de la independencia y en África y Asia después de la colonia, cada una con su régimen concomitante de violencia*” (ESCOBAR, 2007, p.359).

Segundo o antropólogo colombiano, Arturo Escobar (2007)

O desenvolvimento foi – e continua a ser em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e a para baixo em gráficos de progresso (p. 44).

O que se processa quando projetos do governo ou de empreendimentos brasileiros utilizam-se do discurso do desenvolvimento é um diagnóstico da realidade social a partir da ótica da “falta”, de algo que deve ser corrigido, mudado ou descartado e propaga-se que o desenvolvimento, será o responsável pela efetuação. Para que projetos de desenvolvimento sejam implementados em Moçambique,

o aparelho estatal, os organismos e as agencias multilaterais precisam “acomodar-se” aos problemas de desigualdade social e conflitos locais, no mais das vezes sem tocá-los; caso contrario, não haverá alianças locais a fim de torná-los praticáveis (RADONWSKI, 2011, p.153).

Portanto, o projeto desenvolvimentista brasileiro não assegura transformações à realidade moçambicana, mas garante espaços de mercado, ancoragem de indústrias de base, aumento da produção de mercadorias, transformação do ambiente natural e social.

Segundo Escobar (2007) o desenvolvimento está diretamente ligado a uma economia da produção e do desejo, mas, também, das fronteiras, das diferenças e da violência. Onde “*la violencia*

modernizada introducida con el colonialismo y el desarrollo es en si misma fuente de identidad” (p.360). Portanto, suas características fundamentais não se alteram, em que espaços antes dominados pelas potências coloniais, hoje afirmam-se com a presença de organismos mundiais, países centrais e mesmo, países periféricos emergentes, como o Brasil. Do ponto de vista de Escobar, o movimento de planejar e quantificar a vida das pessoas, atinge o seu efeito de verificar e controlar (RADONWSKI, 2011, p.153).

O esquema de poder que partia de um interesse dos países que desejam fincar suas indústrias em terrenos de países periféricos, “passava por agencias e organismos internacionais e chegava a importação e implementação por Estados 'subdesenvolvido' e seus níveis de ação regionais e locais” (RADONWSKI, p.153).

Atualmente, o controle neocolonialista é exercido através de meios econômicos e financeiros. Grande parte foi desempenhado pelo controle monetário do câmbio exterior através da imposição de um sistema bancário controlado por uma potência imperialista, desempenhado pela lógica da dominância do desenvolvimentismo. A exemplo disto os diversos acordos que Moçambique aceitou vindos do FMI e do Banco Mundial, em 1987, após a morte de Samora Machel²⁰, e que existem até os dias de hoje em que as empresas brasileiras desempenham estas atividades (DÁVILA, 2011). A existência de um sistema alternativo é, em si, um desafio ao regime neocolonialista (por isso, justifica-se Programa de Reabilitação Econômico em Moçambique no momento crucial da escolha entre a abertura de mercado e a continuação ao sistema socialista). A lógica das guerras e a “ajuda financeira” são espécies de reestruturação do sistema político-econômico de Moçambique, sob condições de créditos, juros, baixas tarifas para a inserção do capitalismo, por meio de empresas dos países ditos centrais e países periféricos emergentes.

Um dos grandes discursos que marcam a presença das empresas brasileiras no país africano e é, mesmo, a contrapartida às empresas chinesas que disputam pelos mesmos mercados é a geração de emprego e de mão-de-obra. Portanto, a justificativa de se empregar mão-de-obra moçambicana aliado a um país que compartilha afinidades culturais é o diferencial que as corporações brasileiras sustentam e os jornais

²⁰ O Brasil recebeu estas “ajudas” durante a recessão pela qual passava, na década de 1980, no governo Sarney.

divulgam. Para ilustrar trago duas das muitas reportagens que elucidam este ponto.

Apresento, mais uma vez, a reportagem do jornal @Verdade “Brasil promete investir estrategicamente em Moçambique” datada de 20 de outubro de 2011, escrita pela Agência de Informação de Moçambique (AIM), na qual destaco a fala da presidente Dilma:

“Nós não queremos trazer engenheiros ou trabalhadores do Brasil, *mas assegurar que sejam os moçambicanos a desenvolver o seu país*”, disse Rousseff, apontando que, para o efeito, é preciso gerar emprego assim como o seu executivo tem estado a fazer no Brasil. (grifo meu)

Na reportagem do jornal A Savana “Governo oferece Norte de Moçambique a brasileiros”, argumenta-se, positivamente, que “o executivo moçambicano visa, com esta mega-concessão, ganhar experiência e *ver empregue 90% de mão-de-obra moçambicana*” (grifo meu). Chamo atenção que nas reportagens não há crítica ao tipo de mão-de-obra empregue, deixando margem para a possibilidade de que esta porcentagem seja referida a trabalhos dependentes de “conhecimento” brasileiro, de forma que a real distribuição de *know-how* não ocorra e que os cargos de decisão fiquem nas mãos de estrangeiros. Segundo Leite (1983, p.50-51):

A mão-de obra que compõe os custos de produtos de alta tecnologia, como por exemplo a instrumentação, a fabricação de aviões, a produção de reatores nucleares, etc., tudo isso representa conhecimento. O que se remunera neste caso não é o trabalho físico, mas a habilidade profissional de engenheiros e técnicos. Nessas condições, muito daquilo que hoje se codifica como mão-de-obra é, efetivamente, conhecimento. (...)

Observa-se na pauta de exportações dos países desenvolvidos um crescimento percentual de exportação de “conhecimento” em confronto com a participação dos componentes devidos à matéria-prima e mão-de-obra barata, enquanto o oposto ocorre com os países em desenvolvimento.

O Brasil não é um país central, no entanto, ao se comparar com Moçambique ou outros países africanos e latino-americanos, adota a posição de um país periférico emergente, que sofre as práticas do neocolonialismo pelos países centrais, mas exerce atividades exploratórias e assume posições neocolonizadoras quando defende os seus interesses econômicos para afirmar-se no mundo globalizado capitalista.

Os países periféricos quer estejam ou não sob o controle neocolonialista, “serão incapazes de criar um mercado suficientemente amplo para sustentar a industrialização. Do mesmo modo, lhes faltará a força financeira para forçar as nações desenvolvidas a aceitarem suas matérias-primas a um preço justo.” (N’KRUMAH, 1965, p. 6-7). Os países centrais e periféricos emergentes se verão crescentemente “obrigados a sonegar tecnologia, pois a independência tecnológica dos países do Terceiro Mundo ameaçaria a própria sobrevivência do atual mundo industrializado, ou pelo menos da presente ordem econômica” (LEITE, 1983, p.52). Desse modo, com o sentido de preservar seus domínios, os países centrais e, atualmente, os países periféricos emergentes - como o Brasil e a China que marcam sua presença em Moçambique -, implementam suas empresas públicas e privadas e, dessa forma, evitam, na medida do possível, as condições políticas e econômicas para o desenvolvimento das nações periféricas, ou seja, de Moçambique.

No capítulo “Política industrial e identidade nacional” do livro de Rogério Cerqueira Leite “Quem tem medo do nacionalismo?”, é apontado e exemplificado como os Estados Unidos disseminaram o “*american way of life*” no Brasil através dos hábitos de consumo, da abertura do mercado, do início das empresas estrangeiras e multinacionais no país, dos incentivos fiscais por parte do governo brasileiro e, conseqüentemente, da inserção dos produtos estadunidenses no Brasil. Os hábitos de consumo de uma população caracterizam aquela nação. Neste contexto, o autor descreve que “uma política industrial explícita torna-se imprescindível para a sobrevivência da identidade nacional” (LEITE, 1983, p. 48). Acredito que a inversão desta sentença corresponde mais ao contexto moçambicano, quando a busca por uma identidade em comum afirmaria a indústria e os produtos brasileiros em solo moçambicano.

A reportagem do jornal Notícias (sem data) “Brasileiros no negócio de produtos domésticos” ilustra a abertura do mercado para os produtos brasileiros:

O MERCADO nacional vai dentro em breve contar com a participação de um dos fabricantes mundiais de produtos para utilidades domésticas, como sejam ferramentas, materiais eléctricos (sic), móveis e equipamentos de cozinha.

Trata-se da Tramontina, uma das empresas brasileiras que actualmente (*sic.*) produz mais de 17000 produtos e representada em 120 países. Presentemente, a empresa está a intensificar a sua presença no Continente Africano e como parte da sua estratégia escolheu também Moçambique como dos mercados alvos, *concorrendo para isso a proximidade cultural com o Brasil* e o seu potencial de crescimento através da parceria local estabelecida com a Premier Group. É neste estabelecimento, na capital do país, que se encontra o potencial de produção da referida empresa. (grifo meu)

Aliado a certos ideais nacionais torna-se mais viável a implementação do produto brasileiro de importação, de grandes mercados de consumo e o estabelecimento de uma massa de consumidores. Para Rogério Cerqueira Leite (1983), assim como para Kwame N'Krumah (1965)

os países periféricos exportam matérias-primas semi-acabadas e produtos manufaturados de baixo conteúdo tecnológico, enquanto os países industrializados exportam para o Terceiro Mundo serviços e bens de equipamentos de alto conteúdo tecnológico. (LEITE, p.49).

Na reportagem, de @Verdade, “Vale deve tornar-se maior produtora de níquel em 2012”, na seção “Destaque - Economia”, de 13 de março de 2012 e escrito pela Redação e agências conveniadas é interessante notar o exemplo daquilo que os autores descrevem:

A Vale deve tornar-se a maior produtora mundial de níquel, ainda este ano, disse o presidente da mineradora, Murilo Ferreira, esta segunda-feira, durante o evento no Rio de Janeiro. (...)

A produção total de níquel refinado da Vale foi de 242 mil toneladas em 2011, aumento 35,1 por

cento na comparação com o ano anterior, com a recuperação dos volumes das unidades no Canadá depois duma greve.

Na reportagem anterior verifica-se um novo mercado brasileiro que inaugura no comércio moçambicano. Para a Tramontina produzir grande parte de seus produtos, em especial seus utensílios de cozinha, é necessário o ferro com outros elementos para se produzir o aço, para o aço inoxidável, a agregação do níquel torna-se imprescindível. Portanto, ao ler estas reportagens é interessante notar como os discursos sobre as relações econômicas entre Brasil e Moçambique, dos jornais pesquisados, convergem para argumentos que parecem fazer sentido e, com isso, criam maneiras de pensar o presente, construir o futuro e, até mesmo, reelaborar o passado.

Para emergir nos discursos políticos, econômicos e desenvolvimentistas um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional para uma aliança econômica, “um intenso trabalho de organização é indispensável para superar a simples ‘montagem’ ideológica, por definição precária e frágil” (POLLACK, 1989, p.09). De forma a manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. O jornal opera nesta “montagem ideológica”, onde

o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLACK, 1989, p.10).

Aqui cabe a definição, de Pêcheux, de língua de Estado como “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição”. A língua de Estado “usa uma falsa aparência para contornar o que todo mundo sabe e ninguém pode dizer. (...) O dizível e o existente devem coincidir sem falha nos enunciados performativos (...), pronto para que a falha retorne pelo viés do absurdo”. (1975 *apud* ORLANDI, 1999, p.130)

Em grande parte de Moçambique são consumidos produtos manufaturados importados do estrangeiro, dentre eles do Brasil, que retiram deste país africano as matérias-primas necessárias. “Em muitos casos, os bens importados são produtos das companhias associadas aos grupos mineradores” (N’KRUMAH, 1965, p.04). Esta forma de exploração há muito é feita em Moçambique, segundo Thomaz

A construção de um moderno império colonial exigia um efetivo aproveitamento dos recursos físicos das colônias, o que implicava a sua transformação em exportadora de matérias-primas e produtos tropicais e importadora de produtos manufaturados da metrópole. Tratava-se, evidentemente, de um processo mais geral do imperialismo contemporâneo (2002, p.102).

Empresas brasileiras, quando buscam uma aliança identitária com Moçambique resgatam suas origens do país ex-colônia do império português e rejeitam quaisquer identificações com Portugal. Porém, neste trecho de Thomaz, vemos o quanto a presença brasileira alia-se mais a Portugal que a Moçambique quando defende seus interesses econômicos e políticos. Estas ligações financeiras inauguram espaços de mercado, nos quais a potência neocolonizadora impõe o espaço e o valor para sua mercadoria manufaturada nos países que sofrem com o neocolonialismo e estes vendem suas matérias-primas de baixo valor agregado, como minérios ou petróleo, a preços ditados pelas nações dominantes (N’KRUMAH, 1965, p.04-112). Ao que tudo indica, o Brasil não distribui *know-how*, explora mão-de-obra barata e recursos físicos pagando baixas tarifas, nestes termos, em relação a Moçambique, o Brasil atua enquanto um país neocolonizador.

O desenvolvimento aos moldes capitalistas sacrifica formas de conhecimento local e modelos de compreensão da natureza, em favor de uma lógica racional de empreendimentos capitalistas, com a constituição de programas de alavancagem econômica, que supostamente deveriam gerar bem-estar a populações. De qualquer forma, mesmo que o desenvolvimento falhe, seu discurso produz coisas, sustenta ideários e disciplinas (RADOWNSKI, p.150).

CAPITULO 3 - A GRANDE IMPRENSA MOÇAMBICANA E O DEBATE SOBRE O PAPEL DO BRASIL NO DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE

3.1 DISCURSOS MIDIÁTICOS E INTERESSES DE CAPITAIS E MERCADOS

Ao analisar os jornais moçambicanos, meus olhos debruçavam-se em suas páginas iniciais, perdiam-se em meio às informações textuais e visuais e caçavam incansavelmente palavras que buscavam significados: empresas brasileiras, Brasil, Lula, Dilma, Vale, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, Odebrecht. Porém, em um segundo momento, após o susto e o anseio inicial, um olhar mais atento desvendou, em imagens, sutis mensagens que transbordavam de sentidos.

Neste segundo momento, sem me ater aos procedimentos técnicos de registro, comuns na análise do discurso jornalístico como manchete, texto de efeito, eventuais fotografias; destaco a atenção das publicidades que envolvem a página inicial destes jornais *online*. Ao fazer uma rede destas publicidades, muito se descobre sobre os patrocinadores e parceiros dos jornais em questão. Neste capítulo apresento a possibilidade da extensão dessa possível influência destes parceiros sob as reportagens jornalísticas produzidas pelos diários e semanários.

Fiz o levantamento das publicidades divulgadas nos jornais *online*, interliguei-as e pude conferir que uma teia se formou interligando os três jornais privados, deixando o jornal estatal desconectado dos investimentos de capital privado, onde é possível ver o local do qual parte a posição editorial e mesmo como os jornais apresentam seus discursos. Com isto, pude verificar uma grande teia, onde jornais e empreendimentos se interligam e se misturam. Esta rede representa o interesse de Estados e empresas, nacionais e multinacionais, vinculadas a diversos países.

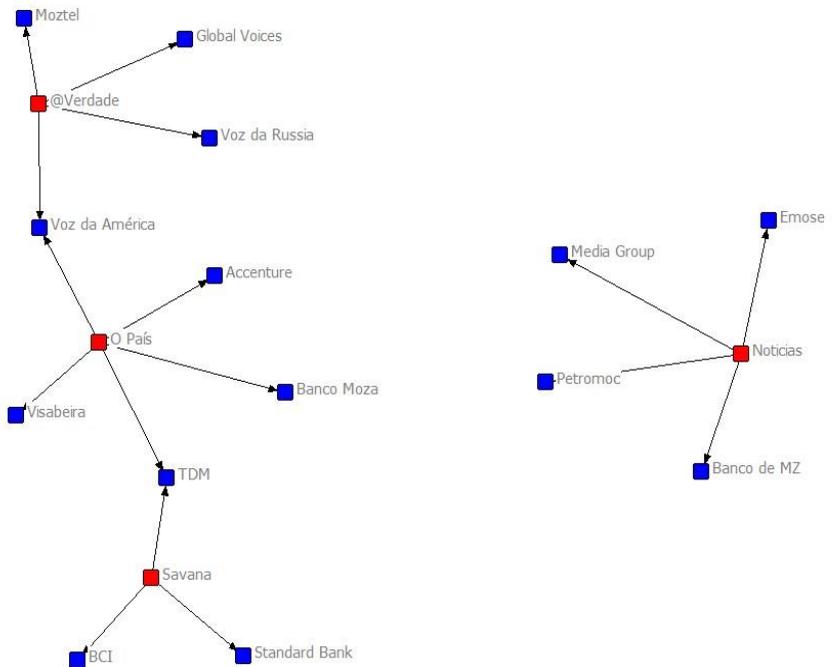


Figura 5 - Teia formada pela ligação entre os jornais pesquisados e os empreendimentos ligados a eles.

Através desta teia, é possível analisar como se configuram os jornais moçambicanos pesquisados e imaginar a dimensão da sua dependência aos conglomerados empresariais, como estas relações propiciam discursos emitidos pelos jornais os quais agem como mecanismos para atender às suas demandas para a defesa dos interesses econômicos dos capitais privados.

A partir desta rede, observa-se que atualmente o semanário A Savana tem vínculos com o Standard Bank, o Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e com a Empresa de Telecomunicações de Moçambique (TDM). O BCI, criado em 1996 em Moçambique, atualmente possui a participação de cerca de 50% do banco estatal português Caixa Geral de Depósitos (vinculado ao grupo Euronext Lisboa), 30% do Grupo Banco Português de Investimento e cerca de 20% do Grupo moçambicano INSITEC (BCI, 2008).

O jornal O País e A Savana estão interligados pela Empresa de Telecomunicações de Moçambique. A TDM foi criada em 1981, como empresa estatal, passando a ser uma empresa pública, depois, uma empresa de direito privado, chegando a ser, em 2009, uma Sociedade Anônima. Esta empresa detém grande parte dos meios de telecomunicação em Moçambique: telefones e celulares, internet, transferências de dado, TV a cabo. Em algumas destas áreas de investimento detém metade do capital em parceria com o grupo português Visabeira (TDM, 2011).

O semanário A Savana, sendo estritamente privado, sem relação com empresas estatais ou com participação do Estado, é propriedade do grupo Mediacoop. Observa-se que o semanário antes um jornal de oposição do Estado moçambicano, hoje representa grandes empreendimentos portugueses e moçambicanos. O que nos deixa a imaginar de que forma esta ligação influencia o conteúdo e as tendências das informações prestadas pelas matérias jornalísticas. Ao reportar sobre as empresas brasileiras em Moçambique, este jornal silencia uns e enaltece outros discursos para preservar o capital privado português e moçambicano. De forma que ao criticar uma empresa brasileira, defende o discurso do desenvolvimento, visando a possibilidade de formar espaços aceitos pelo público que lê o jornal para que empresas portuguesas se estabeleçam.

Observando o que a teia de mostrou sobre as propagandas veiculadas no diário *online* O País verifiquei que a SOICO, proprietária deste jornal, possui parceria com o grupo empresarial português Visabeira, que surgiu na década de 1980. O grupo Visabeira possui 50% do capital social do serviço TV Cabo (que também expõe as suas publicidades no jornal) e divide os outros 50% com o grupo TDM. Na publicidade do jornal O País, existe a divulgação do Banco Moza componente do Grupo BES – Banco do Espírito Santo, de Portugal. O jornal ainda divulga a rádio Voz da América e o grupo Accenture, “empresa global de consultoria de gestão, serviços de tecnologia” (ACCENTURE, 2013), uma multinacional, presente em mais de 120 países. Portanto, assim como o semanário A Savana, o jornal O País é vinculado a empreendimentos de capital privado português e moçambicano e ambos os jornais estão vinculados a bancos portugueses que, provavelmente, se vinculam a outros grandes conglomerados do capital internacional.

O jornal O País interliga-se com o semanário @ Verdade na publicidade da rádio Voz da América, uma rádio que liga notícias de

Angola, Moçambique, Brasil, África e Estados Unidos. @ Verdade também tem a publicidade da rádio Voz da Rússia, que teve a sua primeira transmissão de rádio em 1929, quando era a Rádio Moscou e propagandeava os efeitos da URSS em diferentes países. Sua presença em Moçambique inicia durante a revolução socialista apoiada pela União Soviética. Depois do fim da URSS, recebeu o nome de Voz da Rússia e seu proprietário tornou-se a Companhia Nacional Russa de Televisão e Radiodifusão, criada em 1990.

O semanário @Verdade já se caracterizou quanto um jornal de esquerda, fundado por Erik Charas empresário, ativista social e fundador da Charas LDA. O semanário faz propaganda da Clubnet, do Moztel, criada desde 2001, inserido no grupo Moçambique Capitais que ascende a 384 acionistas, majoritariamente moçambicanos. O semanário ainda destaca o Global Voices Português, que se descreve como “uma rede internacional de blogueiros que traduzem, reportam e defendem blogs e mídia cidadã de todo o mundo” (GLOBAL VOICES *ONLINE*). É surpreendente o número de patrocinadores do Global Voices Português, entre eles destaca-se Berkman, da Universidade de Harvard, Ford Foundation, MacArthur, Omidyar Network, existente desde 1996, tem como intuito patrocinar economias em desenvolvimento e software de “fonte aberta”; Media Development Investment Found, criada em 1996, em Nova York, tem como um dos fundadores, credores e parceiros o banco suíço Bank Votobel. Além de ser “membro orgulhoso” de Mission Investors Exchange, EVPA e Aspen Network of Development Entrepreneurs.

Estas grandes instituições atreladas aos Estados de países centrais ou aos grandes empreendimentos do conglomerado financeiro atuam como incentivadoras e investidoras de pequenas mídias “independentes” ou de oposição. Logo percebe-se as afinidades econômicas que são geradas por estas relações de incentivo e trocas de favores. Observa-se que, diferentemente do jornal O País e A Savana, o semanário @ Verdade está atrelado diretamente aos capitais privados moçambicanos, sem ligações aparentes com o capital português. Porém, pode-se imaginar em um âmbito muito mais abrangente que estes três jornais estariam interligados e vinculados ao capital global, para isto necessitaria uma pesquisa direcionada as empresas midiáticas moçambicanas e sua relação com os conglomerados financeiros.

Através da teia entre os jornais e as publicidades a eles vinculados, verificou-se que o jornal Notícias continua submetido ao Estado. Ele é o único jornal que não está explicitamente amarrado na teia dos jornais ligados diretamente aos capitais privados. Atualmente,

este jornal pertence à empresa organizada como sociedade anônima Sociedade Notícias SARL, fundado em 1961 em Moçambique, cujos principais acionistas são entidades estatais ou com participação majoritária do Estado moçambicano: o banco central de Moçambique, o Banco de Moçambique; a companhia de seguros estatal EMOSE e a companhia de distribuição de derivados de petróleo, PETROMOC, ambas atuam sob o formato de sociedade anônima, mas tem como maior acionista o Estado (CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.130-131). Este jornal também tem o apoio do Media Group e do Info as aid (improving communication with crisis-affected communities) e foi construído pelo consórcio de dois órgãos para o desenvolvimento da mídia, o Internews e o BBC Media Action.

Assim como o semanário @ Verdade, o jornal Notícias possui apoio de grandes conglomerados internacionais para o incentivo ao desenvolvimento de sua mídia. Levando-se em conta as novas dinâmicas econômicas que o governo moçambicano impulsionou com a abertura de mercado, desde 1987 com o PRE, e as relações difusas entre o público e o privado, é possível imaginar que em uma certa dimensão este jornal está atrelado aos grandes grupos empresariais, onde os capitais de mercado já não reconhecem mais as fronteiras.

O ponto em comum que liga os jornais pesquisados (Notícias, A Savana, @ Verdade e O País) são as iniciativas brasileiras estarem presentes em suas pautas jornalísticas. Estas mídias apresentam seus argumentos no sentido de defender os discursos de aproximação para preservar os interesses econômicos do governo moçambicano, das empresas brasileiras e de outros empreendimentos estrangeiros. Uma vez que a crítica aos empreendimentos brasileiros aparece, a lógica do desenvolvimentismo capitalista é preservado nos argumentos da reportagens jornalísticas.

3.2 CONTRADIÇÕES VISÍVEIS DO EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO EM MOÇAMBIQUE

Até o final do ano 2011, os jornais *online* moçambicanos falavam da presença do Brasil de forma positiva. A partir do início do ano de 2012 e, especialmente, nos meses de setembro e outubro, o cenário empresarial brasileiro em Moçambique mudou drasticamente. Marcado pelo episódio de algumas empresas brasileiras desrespeitarem e explorarem a mão-de-obra moçambicana e pela Vale e outras empresas

brasileiras em Moçambique não se responsabilizarem por indenizar diversas famílias que foram reassentadas devido à exploração de recursos minerais. Existe muito material para um grande debate sobre o tema. Neste espaço irei me ater nas críticas às empresas brasileiras em Moçambique, a qual não implica em críticas ao desenvolvimentismo e verificarei como este não sai de circulação. Como pode ser observado nas seguintes matérias.

Na reportagem do jornal Notícias “China jamais vai colonizar África”, (sem autor), de 26 de janeiro de 2013, a forma de abordar o assunto ganha uma nova configuração:

As autoridades chinesas garantem que Beijing jamais irá colonizar África, como alegam muitos medias e governos ocidentais, *pois a sua relação com o continente é para benefício mútuo, bem como na base de igualdade, confiança e respeito entre ambas as partes.*(...)

Lu [director-geral do Departamento para África do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Lu Shaye]cita como exemplo o petróleo explorado pelas companhias transnacionais, cujos derivados os países africanos precisam de importar.

Para Lu, *o Ocidente está a tentar controlar politicamente, ideologicamente e culturalmente o continente africano.* Quando alguns líderes africanos tentam contrariar os seus interesses, os mesmos transformam-se em alvos para abater.(...)

“Estamos a explorar o petróleo, mas também estamos a ajudar África a desenvolver toda a cadeia de valor da exploração de petróleo, bem como estamos a ajudar África a deixar de ser apenas um exportador para também ser produtor de produtos refinados”, disse.(...)

Cao [director-geral adjunto do Departamento para Assuntos Africanos e da Ásia Ocidental do Ministério do Comércio da China, Cao Jiachang] disse ter lido um artigo recente, publicado por um jornal britânico, *sobre as companhias brasileiras em África, afirmando que as empresas daquele*

país sul-americano tinham começado a adoptar (sic.) um novo modelo de cooperação com o continente africano. (grifo meu)

A reportagem “Sociedade civil critica falta de transparência nos projectos mineiros” (sem data), escrita por Félix Filipe, do semanário A Savana, sobre o debate na III Conferência Internacional de Troca de Experiências sobre a Monitoria e Advocacia da Governação (*sic.*):

As organizações da sociedade civil e os académicos moçambicanos acompanham com preocupação a questão dos recursos minerais e receiam que, ao andar da carruagem, *o país esteja mais perto de transformar as riquezas naturais numa maldição e não numa bênção, como é habitualmente repetido pelo discurso oficial.* Os recados já começaram a ser enviados.(...)

Mais adiante, João Pereira[o diretor do Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (MASC)] *criticou a marginalização da sociedade civil em questões estratégicas para o desenvolvimento,* frisando que não é de bom-tom que ao invés de andar de mãos dadas com a sociedade civil, o Governo passe a conotá-la como um grupo de *desestabilizadores e inimigos do desenvolvimento.* (...)

Por exemplo, temos que ser capazes de dizer aos grandes empreendimentos, como a Vale, a ENI e a Anadarko, *que daqui a 10 anos, queremos pelo menos 10% de conteúdo local; daqui a 15 anos, o conteúdo local tem de chegar a 15%, e utilizando mão-de-obra local*”, sugeriu Hamela [Hipólito Hamela, economista da Confederação das Associações Económicas de Moçambique, (CTA)], que se debruçava sobre o tema “Receitas mineiras: como melhor distribuir? (grifo meu)

“Brics rejeitam acusações de serem ‘novos imperialistas’ na África”, publicado na seção “Destaques - África”, do jornal @Verdade e escrito “por Agências”, no dia 27 de março de 2013

"Brics, não dividam a África" diz um cartaz no salão de uma igreja no centro de Durban, onde

ativistas da sociedade civil juntaram-se para lançar um olhar crítico sobre a cúpula dos cinco poderes globais emergentes. O slogan invoca a conferência do século 19 em Berlim, onde os países coloniais europeus predominantes repartiram o continente africano em uma corrida que os historiadores vêem como a personificação do capitalismo explorador da época. *Décadas depois que dos africanos livrarem-se do jugo colonial, é a vez do grupo dos países emergentes dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) verem os seus motivos a serem analisados, à medida que eles proclamam em tom altruísta uma "parceria para o desenvolvimento, integração e industrialização" com o continente Africano.(...)*

Esta visão ganhou alguma força na África com cidadãos desde Guiné e Nigéria a Zâmbia e Moçambique vendo cada vez mais as companhias brasileiras, russas, indianas, chinesas e sul-africanas arrematando acordos multibilionários de petróleo e mineração e grandes projetos de infraestrutura. Muitos destes negócios estão sob escrutínio de grupos locais e internacionais de direto. *Muitos desses acordos tem enfrentado críticas de que concentram-se fortemente na extração de matéria-prima, que não são transparentes e que não geram emprego e benefícios ao desenvolvimento suficientes para os países que os recebem --mesmas críticas feitas muitas vezes a empresas do mundo desenvolvido do Ocidente.*

NOVA FORMA DE IMPERIALISMO

(...)

A gigante brasileira da mineração Vale, nomeada em 2012 pelo grupo suíço sem fins lucrativos Public Eye como a empresa com o maior "desprezo para o meio ambiente e os direitos humanos" no mundo, defende a sua ação em Moçambique, onde está a investir bilhões de dólares na exploração de carvão e infraestrutura. *A Vale tem enfrentado manifestações violentas de moçambicanos que exigem maiores benefícios e*

são contra os deslocamentos forçados das populações locais” (grifo meu).

Trago, mais uma vez, a reportagem “Polêmicas (*sic.*) com empresas brasileiras pode comprometer imagem do Brasil” do diário O País, de 05 de setembro de 2012, escrito pela Redação.

As polêmicas (*sic.*) laborais que envolvem empresas brasileiras em Moçambique podem comprometer a boa imagem do país sul-americano entre os moçambicanos, afirmou, segunda-feira, o ex-ministro moçambicano da Informação, José Luís Cabaço. “Não foi só com empresas brasileiras que ocorreram problemas, mas o que saiu nos jornais foi o Brasil. *Com os outros [países], as pessoas acham que é normal, mas com o Brasil não, devido à sua imagem, que é muito boa*”, disse Cabaço, em entrevista à Lusa.”

O também investigador da Universidade Técnica de Moçambique participou, segunda-feira última numa conferência, na Universidade de São Paulo, sobre as relações entre o Brasil e África. *Há empresas brasileiras, como a Vale, acusadas no país africano de desrespeito pelas comunidades e mão-de-obra local.*

Segundo Cabaço, a relação entre o país e o continente, hoje, é feita por um duplo caminho: a cooperação, feita pelo governo, e a economia, que ocorre com as empresas, da mesma forma que com outros países. “*Os problemas que surgem, surgem no segundo caminho*”, disse. (grifo meu)

Os agentes da ação das reportagens dos jornais são sempre externos, fala-se sobre Moçambique a partir de um olhar de fora. As reportagens falam a partir da ótica do empreendimento estrangeiro e não questionam qual é a forma desta “ajuda ao desenvolvimento”. O semanário A Savana, juntamente com @Verdade e o diário O País, por não representarem o Estado, são jornais um pouco mais críticos às decisões governamentais e ao discurso oficial porém, devido a uma

censura dissimulada, eles articulam seus discursos de maneira cautelosa, utilizando-se constantemente do artifício da sátira e da metáfora.

O jornalismo investigativo teve o seu desenvolvimento freado após o episódio, em novembro de 2000, do assassinato brutal do jornalista Carlos Cardoso que investigava “casos de corrupção em que estariam envolvidos políticos ao mais alto nível das estruturas do Estado e da FRELIMO, sua morte foi vista por muitos como um aviso aos jornalistas para que não se envolvessem com casos deste porte” (CHICHAVA e POHLMANN, 2010, p.132). Este jornalismo quase desapareceu por completo, uma vez que suscitou temores não só no seio dos jornalistas, mas na sociedade em geral. De forma que ao denunciar as condições dos grupos desfavorecidos, os jornalistas não interferem na estabilidade nacional. Preservam os interesses da elite aos quais são submetidos e ausentam as vozes populares críticas.

Encontrei poucos interlocutores da sociedade civil nas reportagens pesquisadas. Quando a Vale deixa de pagar a indenização de milhares de pessoas que foram deslocadas de seus lugares de origem, raras matérias críticas a estas ações irrompem com interlocutores que sofreram pelo deslocamento. Apenas os jornais privados mais críticos (A Savana e @Verdade) buscam trazer as opiniões de atores sociais envolvidos nas comunidades afetadas. O diário O País utiliza-se de informações da agência portuguesa conveniada Lusa e opta-se por interlocutores que são de dentro do governo moçambicano. Sendo assim, o seu discurso se coloca em uma posição entre o dizível e o indizível para os sujeitos que ocupam ou ocuparam cargos governamentais (ORLANDI, 2012, p. 129-141). Portanto, nota-se que as elites econômicas conseguem manipular a grande mídia, onde as pessoas ilhadas por estes interesses econômicos são coibidas e sua participação é restrita pela mídia hegemônica.

O jornal Notícias lançou mão mais sistematicamente do dispositivo de silenciamento sobre estes assuntos mais polêmicos. A noção de silêncio pressupõe que, ao optar por um significado, apagam-se outros possíveis. É necessário que algum discurso se silencie para que outro faça sentido e só faz sentido quando referido a uma materialidade histórica. Como o jornal Notícias representa o Estado, ele ocupa uma posição de sujeito, a medida em que produz efeito de sentido, que deve preservar as cooperações econômicas e políticas com os outros países, por isso, a perspectiva da crítica ao empreendimento explorador brasileiro é silenciado pela representação do discurso oficial, que já se configura para novas relações econômicas com outros países, na reportagem exemplificada, com a China.

Nos jornais privados o discurso do desenvolvimento é preservado. As críticas relacionadas ao papel das empresas brasileiras se depositam ao modo de desenvolvimento imposto não ser compatível com os modos locais, nem nas propostas de desenvolvimento que surgem da população. Resta à sociedade a acusação pelo governo “de desestabilizadores e inimigos do desenvolvimento”, de forma que ocupam um papel marginal nas decisões nacionais. As críticas que aparecem nestas reportagens apresentadas incidem sobre a Vale, o Brasil e o Brics, em temas que tratam sobre o desrespeito pelas comunidades locais e pela mão-de-obra local, o deslocamento de populações inteiras, o desprezo pelo meio ambiente e pelos direitos humanos, da preocupação da população deste tipo de desenvolvimento não suprir suas necessidades e da exigência de retorno dos recursos físicos para a população moçambicana extraídos no país. Portanto, o que a população questiona é: desenvolvimento para quem?

O discurso da língua portuguesa em comum e o argumento da identidade nacional entre Brasil e Moçambique operam como justificativas para o desenvolvimento exploratório brasileiro se afirmar em Moçambique. Na reportagem crítica “Polêmicas com empresas brasileiras podem comprometer a imagem do Brasil” é realçado como uma má surpresa e mesmo de uma maneira descrente que as empresas brasileiras também possam causar polêmicas, como se pelos aspectos enaltecidos pelo discurso da identidade nacional, Brasil e Moçambique fossem iguais.

A posição da justificativa de uma língua e identidade em comum se sustenta na suposição de uma igualdade quando os brasileiros chegam a Moçambique e esperam encontrar tudo igual ao Brasil. Uma vez que passam a lidar com as diferenças como se estas fossem igualdades, ocorre uma supressão violenta dos costumes locais, das culturas, das línguas, da tradição oral, dos conhecimentos tradicionais, dos vínculos da população com seu território. Quando ignorado todas as diferenças, isto é etnocentrismo. Portanto, quando as empresas como a Vale desapropriam populações e quando os presidentes Lula, Dilma, Armando Guebuza, os interlocutores dos jornais que representam as empresas brasileiras, a sociedade civil e representantes do governo, quando estes pressupõem que somos bem sucedidos ao encontrar o igual e o comum e utilizam-se da justificativa da língua em comum e operam seus discursos no sentido de criar uma “comunidade imaginada” entre Brasil e Moçambique, todos estes assumem posições etnocêntricas. Portanto, ao aplicar projetos desenvolvimentistas brasileiros os

governantes e empresários passam a tratar pessoas e culturas como conceitos “abstratos”, através do planejamento e da quantificação, geram silêncio e controlam, desempenhando posições etnocêntricas.

Como citei anteriormente, Arturo Escobar (2007) afirma que a violência é, em si, fonte de identidade. Estas formas violentas de supressão de identidades moçambicanas, de um pensamento homogeneizante sobre Moçambique, revelado pelas mídias moçambicanas, atuam como instauração de outra identidade, a da unidade nacional, que se configura no sistema-mundo capitalista e correspondem à lógica do mercado capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho tentei expor como são narradas as iniciativas empresariais brasileiras pelos jornais moçambicanos e de que forma estes empreendimentos recebem visibilidade nos espaços midiáticos moçambicanos, através das vozes estatal, do capital privado nacional e internacional.

Na primeira parte usei os exemplos das reportagens sobre as empresas brasileiras para destacar os diferentes modos de transmitir as informações sobre o Brasil, demonstrando a variabilidade sobre o tema e a importância da posição de cada jornal no tipo de informação que será apresentada sobre as empresas brasileiras. Como os jornais se apresentam enquanto privados – @ Verdade, A Savana e O País – e estatal - o jornal Notícias – e como se distinguem um do outro na maneira de abordar o assunto. O ponto em comum entre estes jornais é o tema das empresas brasileiras estarem presentes nas pautas jornalísticas de todos os jornais, que se revela na matéria de capa, na manchete, no destaque do tema “Economia”, na foto dos presidentes, de ambos os países, juntos.

Tendo em vista a variabilidade sócio-cultural de Moçambique chamo a atenção para o aspecto linguístico em que todos os jornais pesquisados são escritos em português. Quando apenas 6,5% da população moçambicana possui o português como língua materna - levando-se em conta que Moçambique é um país de tradição oral, o que não garante que os indivíduos que compõem esta porcentagem lêem em português - e quando mais da metade da população é iletrada, configura-se um acesso a informação restrito da população a estes jornais. Depreende-se que mesmo analisando os espaços de silêncio, a ausência de informações se manifesta.

Observei que os adjetivos utilizados pelas mídias, em diferentes reportagens, para designar as relações com o Brasil, instauram diferentes relações discursivas: país amigo, país irmão, parceiro fiável, país empenhado, participante da CPLP, país fonte de inspiração, país tratado com carinho, possui boa imagem, divide boas relações, possui uma proximidade cultural, um potencial de crescimento, gera empregos, distribui *know-how* e infra-estruturas, supera barreiras, possui relação de confiança e compromisso, proporciona ajuda ao desenvolvimento, possui afinidades linguísticas, culturais, históricas, climáticas, geográficas e relacionadas ao desenvolvimento. Ao considerar como estas palavras instruíam a formação de opinião sobre o tema, verifiquei

três grandes eixos discursivos que movimentam o debate acerca das empresas e iniciativas brasileiras nos jornais moçambicanos de grande circulação, os quais expus na segunda parte da pesquisa: o português como língua e discurso de aproximação, a literatura e a identidade cultural em comum e os projetos desenvolvimentistas, os quais eu chamei de “discursos de aproximação”.

Cada tipo de discurso proporciona tipos diferentes de informações. A língua portuguesa falada simultaneamente no Brasil e em Moçambique evidencia pontos em comum entre os países. O português é ele mesmo um uso político do discurso, enaltecido quando Brasil e Moçambique são falantes da mesma língua e, portanto, seres do mesmo povo. Nestes discursos o português pressupõe conhecimento mútuo e mesmo um reconhecimento, em que a língua justificaria uma opção econômica por um projeto desenvolvimentista. Conforme puder perceber a própria língua portuguesa enquanto língua oficial moçambicana constitui uma medida política para formar uma unidade nacional, na medida em que apenas a partir da década de 2000, quando o português ganha o posto de língua estatal, midiática, empresarial é que ocorre a inauguração de línguas autóctones em escolas bilíngues. Este é um aspecto que mereceria um outro trabalho e aprofundamento.

O próprio discurso da língua portuguesa como aproximação atua enquanto um destaque para a identidade cultural em comum entre Brasil e Moçambique. Os argumentos que ostentam uma identidade em comum enaltecem as semelhanças, exaltam o compartilhamento linguístico e histórico-cultural, corroboram para uma memória colonial em comum, de forma que evidenciam as afinidades e as boas relações entre Moçambique e Brasil. Estes discursos de semelhança identitária e cultural omitem a espoliação, o racismo, a exploração sofridos pelos povos nativos dos territórios brasileiro e moçambicano pelo império português e não deixam espaços para as diferenças entre os países, de forma que operam na justificativa de que o Brasil e as empresas brasileiras possuem tais identificações com Moçambique e que não haveria uma opção econômica melhor do que estes países que se compreendem mutuamente.

Portanto estes discursos de aproximação, sejam da língua portuguesa ou da identidade em comum, caminham para firmar projetos desenvolvimentistas brasileiros em Moçambique. O desenvolvimentismo se coloca como justificativa para melhorar as condições de vida da população moçambicana, criar empregos, explorar recursos naturais, afirmar mercados. Assim os jornais pesquisados apresentam o Brasil, de forma que estes atributos o fizessem o único

país a compreender as dificuldades de Moçambique relacionadas ao desenvolvimento, devido às suas similaridades históricas, linguísticas, geográficas e culturais e, portanto, este país seria um bom parceiro econômico. Porém, através da instituição do argumento do desenvolvimentismo, o Brasil atua enquanto um país neocolonizador quando a presença brasileira em Moçambique busca explorar recursos físicos, comprar matérias-primas de baixo valor agregado, inaugurar espaços de mercado e utilizar mão-de-obra para afirmar seu mercado incipiente que busca concorrer sua mercadoria nos espaços do mercado internacional.

Os três eixos de discursos movimentam o debate de que as empresas brasileiras são a melhor opção para o desenvolvimento em Moçambique, para a afirmação dos projetos econômicos entre os países. Porém, o Brasil enquanto um país periférico, com um tipo de relação econômica semelhante aos países africanos sofre espoliação pelos países centrais, contudo, quando se relaciona com os países africanos de língua oficial portuguesa assume posições e age enquanto um país central e potência industrial neocolonizadora. De forma, que existem mais características que distanciam o Brasil de Moçambique do que aproximam. Mesmo o reconhecimento dos processos de descolonização apoiado pelo Brasil, durante a década de 1970, ocorreu visando o melhor para a política externa brasileira e para o desenvolvimento econômico do Brasil.

Na terceira e última parte, fiz uma conexão entre as publicidades dos jornais e interliguei-as. Verifiquei que os jornais se interligam e se misturam quando vinculados aos capitais internacionais. O semanário @ Verdade apresentou-se enquanto mídia de capital privado moçambicano, A Savana e O País enquanto jornais privados de capital moçambicano e português e o diário Notícias enquanto jornal que representa o Estado. Porém, em que medida estes jornais estão a serviço de empreendimentos internacionais, de grandes instituições atreladas aos Estados de países centrais ou aos grandes empreendimentos dos conglomerados financeiros? Onde o jornal estatal se insere nas novas dinâmicas econômicas? Compreendo que esta forma de ocultar a real identidade destas empresas midiáticas pode ser uma forma de mascarar interesses econômicos. Deixo estas questões para futuras possíveis pesquisas.

Os discursos, manejados pelos jornais selecionados, de uma língua e identidade em comum e do desenvolvimentismo supõem uma igualdade entre brasileiros e moçambicanos para a afirmação de projetos econômicos. Quando os projetos desenvolvimentistas brasileiros aliados

aos interesses governamentais moçambicanos passam a tratar pessoas e culturas como conceitos “abstratos”, através de uma suposta igualdade e em nome de uma unidade nacional, suprime as diferentes identidades moçambicanas. Quando ignorada estas diferenças, estes passam a assumir posições etnocêntricas. Como ilustrou Mia Couto (2011) no seu poema A Porta, as empresas brasileiras estariam mais parecidas com o estrangeiro que chegou “mandando em inglês, com a carteira cheia de dinheiro. Comprou a porta, comprou o porteiro e meteu a chave no bolso”, a diferença é que as empresas brasileiras chegariam mandando em português.

Ao tentar mostrar o que os jornais escrevem tomei consciência do poder da língua na forma da cultura, da participação política e como a língua instaura poder de comunicação. Uma língua mal intencionada que esconde, que ausenta, destrói vidas, corrompe relações sociais, ausentam do debate público populações inteiras que sofrem com as decisões hegemônicas.

Ao longo de minha pesquisa encontrei comentários dos leitores nas reportagens *online* e em blogs que dão margem para vozes dissidentes e brechas sobre questões que os jornais dos grandes conglomerados consolidados no desenvolvimento do capital, não revelam, como: a desculturalização do território onde populações inteiras foram deslocadas para ceder seus territórios às empresas brasileiras, casas dos reassentamentos caindo aos pedaços antes mesmo das pessoas se mudarem, distribuição de papéis rasgados e não assinados nem carimbados, onde se escreve à mão o valor a receber por alguma indenização, a lista é longa. Percebe-se que a grande crítica da opinião popular é mascarada e silenciada pelo discurso do nacionalismo e desenvolvimentismo, onde, quem for contra estes projetos proporcionados pelo governo moçambicano é contra a nação. Este silêncio da população moçambicana é desmascarado quando revelado nas mídias alternativas que divulgam seus interesses. Dada à quantidade enorme de material e ao recorte do tema desta pesquisa não foi possível fazer uma análise ampliada das críticas às empresas brasileiras que aparecem nas mídias alternativas e poderá ficar como um questionamento para aqueles que quiserem continuar a desenvolver o assunto.

Este Trabalho de Conclusão de Curso me proporcionou novas inquietações em que espero poder dar continuidade a esta pesquisa, que neste momento, tornou-se parte de um projeto maior. Com possibilidade de ir à Moçambique, viso fazer meu trabalho de campo com as pessoas

que atualmente passam pelo processo de desapropriação das terras que são destinadas às empresas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.26-84.

Antropologia, Impérios e Estados Nacionais / Org. Benoît de L'Estoile, Federico Neiburg, Lygia Sigaud. – Rio de Janeiro: RelumêDumará: FAPERJ, 2002.

BAUMANN, Renato (org). **O Brasil e os demais BRICs** – Comércio e Política. Brasília, DF:CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.21-44.

CAU, Hilário Simões. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. A Construção do Estado em Moçambique e as Relações com o Brasil. Porto Alegre, RS, 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

CHICHAVA, Sérgio; POHLMANN, Jonas. **Uma Breve Análise da Imprensa Moçambicana***In*: Desafios para Moçambique 2010. Maputo: 2010.

COUTO, Mía. A Porta, **O País do Queixa Andar**. Maputo: Ndjira, 2003.

_____. **E se Obama fosse africano?** Maputo: Ndjira, 2011.

COSTA, Greciely Cristina da. **(RE)DENOMINAÇÃO: ENTRE O DITO, O SILENCIADO E O DIZÍVEL**. I Jornada Nacional Sentidos em Fuga, Universidade do Vale do Sapucaí, 2012.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Tradução de Vera Lúcia Mello Jocelyne. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

ESCOBAR, Arturo. **La Invención Del Tercer Mundo: Construcción y desconstrucción Del desarrollo**. Caracas: Fundación Editorial El perro y larana, 2007, p. 355-381.

FEIJÓ, João. **Do Passado Colonial à Independência: Discursos do Semanário Savana nas celebrações das datas históricas de Moçambique (1998-2003)**. 2ª Ed. Maputo: Alcance Editores, 2010, p.24-49.

FERREIRA, Aurélio de Holanda Buarque. **Novo Dicionário Aurélio**. Editora Nova Fronteira S. A.: Rio de Janeiro, 1985, p.1208.

FERREIRA, Pollyana. **Jornalismo Digital**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006 – (Coleção Comunicação).

FIEIRA, Letícia. **Jornalismo econômico e agenda setting: os editoriais da Folha de São Paulo perante as decisões do COPOM**. In.: Anais do Evento II Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba: PPGSOCIO/UFPR – PPGCP/UFPR, 2010.

GELLNER, Ernest. **Naciones y Nacionalismos**. 3ª Ed. Madrid: Alianza Editorial, 1983, p.13-21.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2011.

LEITE, Rogério Cerqueira. **Quem tem medo do nacionalismo?**– São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 48-60.

MACEDO, Tania. A presença da literatura brasileira na formação dos sistemas literários dos países africanos de língua portuguesa. In.: **Revista Crioula**. Maio/2009 nº5.

MAEAKDIYE, Alberto. **Parceria e jeitinho em terras africanas**. Revista Problemas Brasileiros, São Paulo: SESC/SP, nº 387 - mai/jun 2008.

MATOS, Patrícia Ferraz de. **As “côres” do império**: representações raciais no Império Colonial Português. Lisboa: ICS, 2006, p.53-148 e p.239-249.

MAYER, M. J.; D'ARTEMARE, François; CARDOSO, Margarida. **KuxaKanema**: o nascimento do cinema. [Filme-vídeo]. Produção de Maria João Mayer, François D'Artemare, direção de Margarida Cardoso. Maputo, Filmes do Tejo, 2003. 52 min. Color e P/B. Som.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: ultimo estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ORLANDI, Eni Pucinelli. Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo. País rico é país sem pobreza?. In.: **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. Campinas, SP, Pontes, 2012. P.129-141.

_____. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

POLLAK, Michael (1989). **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, FGV, Vol. 2, no. 3, pp. 3-15.

PONSO, Letícia Cao. **Políticas linguísticas atuais em Angola e Moçambique**: o modelo monolinguista do Estado nacional europeu X o modelo plurilíngue das nações africanas. In.: IX Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, agosto 2011.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **DESENVOLVIMENTO, PÓS-STRUTURALISMO E PÓS-DESENVOLVIMENTO** A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. ANPOCS. Vol. 26 nº 75 fevereiro/2011, p. 149-193.

RIFIOTIS, Theophilos. **Antropologia do Ciberespaço**: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade. In.: RIFIOTIS, Theophilos(org.). **Antropologia no ciberespaço/ por uma antropologia do ciberespaço**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010.

ROCHA, Aurélio. **Moçambique História e Cultura**. Maputo: Texto Editores, 2006.

SEGATA, Jean. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. **Lontras e a construção de laços no Orkut**. Florianópolis, SC, 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.99-247.

SEVERO, Cristine Gorski. POLÍTICA(S) LINGUÍSTICA(S) E QUESTÕES DE PODER. In.: **Alfa**. São Paulo, 57 (2): p. 451-473, 2013.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **“Raça”, nação e status: histórias de guerra e “relações raciais” em Moçambique**. São Paulo, n.68, p. 252-268, dezembro/fevereiro 2005-2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análises dos sistemas mundiais**. In Giddens, A.; Turner, J. (org). Teoria social hoje. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.447-470.

_____. **La reestructuración capitalista y el sistema-mundo**. In.: (Iwaller@binghamton.edu), 1997.

ZANARDI, Paula P. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Curso de Ciências Sociais. **Museu alugado: Relato de uma experiência etnográfica no Museu da Maré, RJ**. Florianópolis, SC, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Ciências Sociais.

ZOPPI-FONTANA, Monica. **Estar em estado de palavra**. In.: Rodrigues, E duardo A. et al. (org.) Análise de Discurso no Brasil, p.69-85.

Jornais e sites:

AIM. Empresários brasileiros exploram negócios em Moçambique. @ **Verdade**, sessão Destaques Economia. Maputo, 25/07/2011, 13:08. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/economia/21095-empresarios-brasileiros-exploram-negocios-em-mocambique>> Acesso em 14 de agosto de 2011.

_____. Brasil promete investir estrategicamente em Moçambique. @ **Verdade**, Maputo, Moçambique, 20/10/2011. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/economia/22807-brasil-promete-investir-estrategicamente-em-mocambique>> Acesso em setembro 2012.

BEÚLA, Emídio. “[Governo oferece Norte de Moçambique a brasileiros](#)”. A **Savana**, Maputo, (sem data),. Disponível em: <http://www.savana.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=338:governo-oferece-norte-de-mocambique-a-brasileiros&catid=41:tema-da-semana&Itemid=53> Acesso em: 28 de novembro de 2012.

_____. “Guebuza fala sobre a terra”. A **Savana**, Maputo, (sem data), Disponível em: <http://www.savana.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=384:guebuza-fala-sobre-a-terra&catid=36:pais> Acesso em: 28 de novembro de 2012.

CONZO, Eduardo. Mediacoop distinguida no 8ª do Festival de Publicidade. A **Savana**. Maputo, Moçambique. Disponível em : <<http://www.savana.co.mz/styles/25-rokmicronews-fp-1/134-mediacoop-distinguida-no-8-do-festival-de-publicidade>> Acesso em: 02/12/2013

Danúbio Mondlane. “Como, graças a Lula, o Brasil descobriu África”, @ **Verdade**, Maputo, Moçambique, 21/10/2010. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/14823-como-gracas-a-lula-o-brasil-descobriu-africa>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

FILIFE, Félix. [Sociedade civil critica falta de transparência nos projectos mineiros](#). A **Savana**, Maputo, Moçambique (sem data). Disponível em: <

GIRALDI, Renata. Empresários brasileiros são estimulados a investir em Moçambique. **Agência Brasil**, Brasília. 11/11/2009, 09h30min. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/11/11/materia.2009-11-11.8808908792/view>> Acesso em: 14 de agosto de 2011.

LUSA, “Brasil tem responsabilidade moral de apoiar África, diz Lula”. **UOL Notícias**, São Paulo, 17/10/2008. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2008/10/17/ult611u79762.jhtm>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

MACARINGUE, Alfredo. Privilegiando a participação do sector privado: PR defende novas formas de cooperação com Brasil. **Notícias**, Maputo, Moçambique. (sem data) Acesso em: outubro/2013.
SITOÉ, Rogério. Democracia não existe sem uma base económica - defende Presidente Guebuza na interacção com empresários brasileiros. **Notícias**, Maputo, Moçambique, (sem data).

_____. Do romantismo ao desenvolvimento: PR no Brasil. **Notícias**, Maputo, Moçambique (sem data).

Agências. Brics rejeitam acusações de serem ‘novos imperialistas’ na África. Seção “Destaques - África”. @**Verdade**, Maputo, Moçambique, 27/03/2013. Acesso em: junho/2013.

Redação e agências conveniadas. Vale deve tornar-se maior produtora de níquel em 2012. Seção “Destaques - Economia”, @**Verdade**, Maputo, Moçambique, 13/03/2012. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/economia/25712-vale-deve-tornar-se-maior-produtora-de-niquel-em-2012>> Acesso em: abril 2013

Redação. “Lula(das) em Maputo”, @**Verdade**, Maputo, Moçambique, 11/11/2010. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/nacional/15398-luladas-em-maputo>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

Redação. Empresas brasileiras ganham terreno no país. **O País**, Maputo, Moçambique, 22/06/2010. Disponível em: <<http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/7112->

[empresas-brasileiras-ganham-terreno-no-pais.html](#)> Acesso em: julho 2012

Redação. Brasil coloca África como prioridade da sua política externa, @**Verdade**, Maputo, Moçambique, 29/11/2010. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/africa/15714-brasil-coloca-africa-como-prioridade-da-sua-politica-externa>> Acesso em: setembro 2012

Redação. Línguas nativas devem ser valorizadas - defende reitor Lourenço do Rosário. **A Savana**, Maputo, Moçambique, (sem data). Acesso em: novembro/2013.

(Sem autor). [Gigantes asiático e sul-americano afirmam-se em Moçambique](#). **O País**, Maputo, Moçambique, 17/05/2009. Disponível em: <<http://opais.sapo.mz/index.php/sociedade/38-economia/1260-gigantes-asiatico-e-sul-americano-afirmam-se-em-mocambique.html>> Acesso em: setembro 2012

(Sem autor) Moçambique oferece área de três Sergipes à soja brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, sessão Mercado, 14/08/2011. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/959518-mocambique-oferece-area-de-tres-sergipes-a-soja-brasileira.shtml>> Acesso em: 14 de agosto de 2011.

(Sem autor) Relações são “muito fortes” entre Brasil e Moçambique. **O País**, Maputo, Moçambique, 20/07/2009. Disponível em: <<http://www.opais.co.mz/index.php/politica/63-politica/2112-relacoes-sao-qmuito-fortes-entre-brasil-e-mocambique.html>> Acesso em: 20 de outubro de 2012.

(Sem autor). Moçambique reitera vontade de estreitar cooperação com Brasil, @**Verdade**, Maputo, Moçambique, 09/11/2010. Disponível em: <<http://www.verdade.co.mz/index.php/campus/destaques/nacional/15315-mocambique-reitera-vontade-de-estreitar-cooperacao-com-brasil>> Acesso em: agosto 2013

(Sem autor). Assiste-se ao crescimento das relações entre Portugal e Moçambique, **A Savana**, Maputo, Moçambique, 14/10/2011.

(Sem autor). [Polémicas com empresas brasileiras pode comprometer imagem do Brasil](#), **O País**, Maputo, Moçambique, 05/09/2012.

Disponível em: < <http://www.opais.co.mz/index.php/internacional/56-internacional/21976-polemicas-com-empresas-brasileiras-pode-comprometer-imagem-do-brasil-.html>> Acesso em: setembro 2013

(Sem autor). COOPERAÇÃO – Brasil intensifica negócios em África, **Notícias**, Maputo, Moçambique, (sem data). Acesso em: junho/2013

(Sem autor). Escola de Futebol da CPLP em criação no Brasil. **Notícias**, Maputo, Moçambique. (sem data). Acesso em: dezembro/2013.

(Sem autor). Governo oferece Norte de Moçambique a brasileiros. **A Savana**, Maputo, Moçambique. (sem data). Acesso em: junho/2013.

(Sem autor). Dilma Rousseff, esperada hoje: Moçambique e Brasil reforçam cooperação, **Notícias**, Maputo, Moçambique, (sem data). Acesso em: setembro/2013

(Sem autor). Brasileiros no negócio de produtos domésticos. **Notícias**, Maputo, Moçambique, (sem data). Acesso em: outubro/2013

(Sem autor). China jamais vai colonizar África. **Notícias**, Maputo, Moçambique, 26/01/2013. Acesso em: setembro/2013

(Sem autor) Presença do Brasil cresce em Moçambique. **Notícias**, Maputo, Moçambique (sem data). Acesso em: julho/2013

(Sem autor). [Brasil poderá investir 60 bilhões USD no país](#). **O País**, Maputo, Moçambique, 19/11/2009. Acesso em: junho/2013

Governo moçambicano. **Moçambique**. Maputo, Moçambique.

Disponível em: <<http://www.portaldogoverno.gov.mz/Mozambique>> Acesso em: junho/2013

Governo moçambicano. **Censo 2007**. Maputo, Moçambique.

Disponível em: <http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/news_folder_sociedad_cultu/Agosto2007/nots_sc_522_ago_07/> Acesso em: setembro/2013

TDM, 2011. **TDM.** Disponível em:
<http://www.tdm.mz/portdm/quem_somos_v2.html> Acesso em:
julho/2013

One 2013. **One.org.** Disponível em:
<<http://www.one.org/international/about/africa-policy-advisory-board/>>
Acesso em: julho/2013.

Voaportuguas. **Voz da América.** Disponível em:
<<http://www.voaportugues.com/?mobile=no>> Acesso em:
novembro/2013.

BCI, 2008. **BCI.** Marcos históricos. Disponível em:
<<https://www.bci.co.mz/Institucional/MarcosHistoricos.html>> Acesso
em: junho/2013.

2013, Accenture. **Accenture.** Disponível em:
<<http://www.accenture.com/br-pt/Pages/index.aspx>> Acesso em:
setembro/2013

Global Voices online. Disponível em:
<<http://pt.globalvoicesonline.org/about/manifesto/>> Acesso em:
junho/2013.

ANEXOS

Anexo 1

[Política](#) Relações são "muito fortes" entre Brasil e Moçambique
[Relações são "muito fortes" entre Brasil e Moçambique](#)

Do jornal *O País* SEGUNDA, 20 JULHO 2009 19:54



Presidente do Brasil, Lula da Silva, e de Moçambique, Armando Guebuza

As relações entre Brasília e Maputo são "muito fortes", classificou esta segunda-feira o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, durante o segundo dia de visita oficial ao Brasil, que tem previsto para terça-feira um encontro com o seu homólogo, Lula da Silva.

"O encontro (com o Presidente brasileiro) faz parte daquilo que nós alcançámos em termos de proximidade das nossas relações com o Brasil, políticas, diplomáticas e ao nível da cooperação que estão muito próximas, muito fortes", afirmou.

Segundo o Presidente de Moçambique, que esteve hoje na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, a sua visita ao Brasil "é uma oportunidade para actualizar o dossiê" e analisar os próximos passos para "acelerar os processos em curso".

Após se ter reunido num jantar com 45 empresários brasileiros na noite de domingo, Guebuza disse que encontrou "muita simpatia e vontade de trabalhar em Moçambique".

"Nós convidámos (os empresários) para, ainda este ano, visitarem Moçambique para explorarmos outras oportunidades de cooperação", declarou.

Na ocasião da visita do Presidente Lula da Silva a Maputo, em Outubro de 2008, Guebuza havia pedido uma presença mais expressiva de empresas brasileiras naquele país.

Neste sentido, o chefe de Estado moçambicano ressaltou que se tivesse em "suas mãos" as relações comerciais entre ambos os países, estas poderiam triplicar.

"O ambiente está criado e sentimos que há fortes possibilidades de eventualmente termos acesso ao crédito (brasileiro) e, naturalmente, queremos ter mais. Mas temos que fazê-lo por partes tendo em conta as capacidades que o Brasil tem, sublinhou.

Durante sua visita à sede da Fiocruz, instituição que apoia a criação de uma fábrica de anti-retrovirais em Moçambique, o Presidente Guebuza defendeu mais programas de capacitação e de apoio às instituições moçambicanas.

Da parte do Brasil ao nível do Estado, Guebuza destacou ainda o apoio na área de infra-estruturas: "Sem as infra-estruturas, nós não podemos dar os passos que nós precisamos dar e esses passos vão encorajar empresas brasileiras que já estão em Moçambique a investir mais", realçou ao referir a mineradora brasileira Vale do Rio Doce, que actua na exploração do carvão no norte do país.

A programação do Chefe de Estado moçambicano começou no Rio de Janeiro, onde se encontrou com o presidente da Vale do Rio Doce, Roger

Agnelli e autoridades locais. Ainda hoje, Guebuza visita a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES).

O Presidente de Moçambique segue para Brasília, terça-feira, para se encontrar com o seu homólogo Lula da Silva e almoçar no Palácio do Itamaraty (sede do Ministério das Relações Exteriores). Participa ainda num seminário com empresários da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

Na quarta-feira, Guebuza vai para o sul do Estado Pará para visitar a mina de ferro Carajás, explorada pela companhia Vale do rio Doce. Esta é a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, com de minério de ferro de alto teor, considerado o mais puro do planeta.

<http://www.opais.co.mz/index.php/politica/63-politica/2112-relacoes-sao-qmuito-fortesq-entre-brasil-e-mocambique.html>

Anexo 2

Como, graças a Lula, o Brasil descobriu África

Voices - [@Hora da Verdade](#)

Escrito por [Danúbio Mondlane](#), do jornal *@Verdade*

Quinta, 21 Outubro 2010 10:04

Luís Inácio Lula da Silva, o carismático líder de um dos maiores países da América Latina, revolucionou as relações entre o Brasil e o continente africano.

Quando daqui a pouco tempo – no dia 1 de Janeiro de 2011 – o Presidente brasileiro entregar o poder ao seu sucessor, sem dúvida que terá dado uma nova dimensão às relações entre o seu país e África. “Visitei 27 países africanos”, declarou recentemente, “mais do que todos os chefes de Estado brasileiros ao longo da História.”

Efectivamente, desde a independência, em 1822, os dirigentes do maior país da América Latina muito raramente puseram os pés no outro lado do Atlântico sul. Em oito anos, Lula quintuplicou o montante das relações comerciais, que passaram de 5 biliões de dólares em 2002 para mais de 26 biliões este ano de 2010, mas sobretudo encorajou as empresas brasileiras em investir em infra-estruturas.

Até meados do século XX, o Brasil só possuía uma embaixada na África subsaariana. Porto de escala dos navios mercantes entre a Europa e a América do Sul, Dacar (Senegal) havia sido escolhida por razões geográficas evidentes.

Nos outros países não existia sequer uma representação diplomática ou comercial. No entanto, os 4,5 milhões de escravos deportados em terras brasileiras marcaram profundamente este país de língua portuguesa contribuindo largamente para o seu desenvolvimento.

Foi preciso esperar até 1961 para que o Presidente Jânio Quadros nomeasse um embaixador negro para o Gana. Encorajados, os brasileiros fundaram então uma câmara de comércio Brasil-África. Todavia, sem sucesso.

Quando em 1964, através de um golpe, os generais brasileiros tomaram o poder, compreenderam a importância estratégica do Atlântico sul – estava-se então em plena guerra fria – e elaboraram uma doutrina favorável à estabilidade política entre ambas as partes do oceano.

Foram eles os primeiros no mundo ocidental a reconhecer o governo marxista do MPLA em Angola, enquanto, em casa, perseguiram e prendiam os comunistas.

Os livros escolares destinados aos africanos lusófonos começaram a ser impressos no Brasil.

No arquipélago de Cabo-Verde, o método revolucionário de alfabetização do pedagogo Paulo Freire vigorava nas escolas, desde a independência. Posteriormente, algumas empresas brasileiras começaram a entrar na África subsaariana.

Mas tudo mudou com Lula, que, desde o início do seu mandato, fez claramente saber que África era uma das prioridades da sua política externa. “Temos raízes neste continente, renovemos a nossa identidade nacional”, declarou.

Lula abriu nos seus dois mandatos mais de 15 embaixadas e encorajou as empresas brasileiras a investir em África, dando prioridade aos cinco países lusófonos. Recentemente, as autoridades moçambicanas deram luz verde à sociedade Camargo Corrêa para a construção da barragem de Mphanda Nkuma, no rio Zambeze.

Entre as primeiras cinquenta empresas de construção mundial, a Odebrecht, que emprega 129 mil trabalhadores, foi encarregada de realizar importantes obras em diversos países africanos. Quanto à Petrobrás, a petrolífera estatal, esta temse sobretudo interessado pela prospecção off shore.

Ao invés dos chineses, que deslocam do seu país milhares de operários, os brasileiros empregam mão-de-obra local, sob a direcção dos seus engenheiros.

As relações com a população dos países onde se instalam e com as autoridades são amistosas. Há pouco, Brasília assinou acordos de cooperação técnica. Um dos mais importantes diz respeito ao melhoramento da qualidade de algodão em quatro países francófonos: Benin, Burquina Faso, Mali e Chade.

Os brasileiros estão, assim, cada vez mais a entrar em África. Doravante, é preciso contar com eles. Em todos os domínios.

<http://www.verdade.co.mz/vozes/37-hora-da-verdade/14823-como-gracas-a-lula-o-brasil-descobriu-africa>

Anexo 3

[Sociedade civil critica falta de transparência nos projectos mineiros](#)

Escrito por Félix Filipe, do jornal *A Savana* (sem data)

As organizações da sociedade civil e os académicos moçambicanos acompanham com preocupação a questão dos recursos minerais e receiam que, ao andar da carruagem, o país esteja mais perto de transformar as riquezas naturais numa maldição e não numa bênção, como é habitualmente repetido pelo discurso oficial. Os recados já começaram a ser enviados.

O director do Mecanismo de Apoio a Sociedade Civil (MASC) lançou esta semana mais um aviso à navegação. João Pereira, que falava, nesta segunda-feira, na abertura da III Conferência Internacional de Troca de Experiências sobre a Monitoria e Advocacia da Governação, apelou ao governo para prestar mais atenção aos novos fenómenos e aos cidadãos que não se revêem no Estado, nos partidos e nas instituições da sociedade.

“A manifestação de Cateme (distrito de Moatize, província de Tete) constitui um exemplo”, disse Pereira.

“É preciso estar atento, saber ouvir, criar um espaço para a participação de todos os que querem intervir e não têm onde o fazer”, acrescentou sublinhando que, actualmente, não há lugar para a indiferença e é preciso que as pessoas não fiquem caladas, devendo continuar a questionar e a defender o Estado social. À Mais adiante, criticou a marginalização da sociedade civil em questões estratégicas para o desenvolvimento, frisando que não é de bom-tom que ao invés de andar de mãos dadas com a sociedade civil, o Governo passe a conotá-la como um grupo de desestabilizadores e inimigos do desenvolvimento.

“A nossa intelectualidade nunca perdeu a sua capacidade de pensar e se expressar, mas o Governo perdeu o interesse de atraí-la para um trabalho em parceria”, disse.

Num discurso efusivamente aplaudido pelos presentes, também ficou notável a indignação do orador, quanto a recorrente falta de transparência nos vários negócios estratégicos para o país.

“A sociedade precisa entender como é que as infra-estruturas estratégicas do Estado, como o caso do porto de Nacala, ficam nas mãos de uma empresa privada em detrimento de outros grupos ou do Estado”, questionou. A mineradora brasileira Vale, que explora carvão em Moatize, controla 51% das acções do Corredor de Desenvolvimento do Norte (CDN).

Falando nesta segunda-feira, primeiro dia da III conferência internacional sobre a troca de informações, monitoria e governação, organizada pelo MASC e IBIS, subordinada ao tema: “a gestão dos recursos naturais e sua contribuição para o desenvolvimento do País”, Pereira mostrou-se

igualmente preocupado com o facto de, ainda não haver consenso nacional sobre como se deve fazer a gestão e exploração mineira, bem como o que se vai fazer com as receitas que vierem dessa exploração, uma vez que ainda não existe uma lei que dê ao cidadão o acesso aos contratos e seus benefícios fiscais.

Ao longo da conferência, esta preocupação foi partilhada por outros intervenientes, que aproveitaram o momento para criticar a ganância que caracteriza alguns dirigentes moçambicanos no controlo dos grandes investimentos que chegam ao país.

Raimundo Pachinuapa na berlinda

Atacam instituições como o Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), que apesar de estar representado em todo o país não tem capacidades para inspecionar e fazer cumprir a lei e, muitas vezes, para fiscalizar os projectos recorre aos donos das empresas por controlar.

“No meu entender, este silêncio vem mostrar a cumplicidade entre os sectores importantes do governo com essas empresas e, como se sabe, todos os grandes projectos que entram neste país estão associados a uma figura ou a algumas figuras muito bem colocadas no governo”, denunciou Jeremias Vunjane, jornalista e activista da Justiça Ambiental (JA).

Como exemplo, Vunjane mencionou as minas de Rubi em Namanhumbir, distrito de Montepuez em Cabo Delgado, onde a violação de direitos humanos das populações locais acaba em mortes semanalmente, mas nada é feito contra os infractores, alegadamente porque o projecto pertence a um notável combatente da luta armada de libertação nacional, o general Raimundo Pachinuapa.

Ao que o SAVANA apurou, recentemente, Raimundo Pachinuapa, membro da Comissão Política da Frelimo e antigo governador de Cabo Delgado, vendeu 75% da Mwiriti à empresa britânica Gemfields por USD2,5 milhões. A Gemfields é a líder mundial do mercado de esmeraldas. A Mwiriti é proprietária de cinco minas de rubis com 34 mil hectares, em Montepuez, província de Cabo Delgado

“É preciso que se faça uma redefinição das prioridades do país, não só em Moçambique, mas em toda a África porque está claro que os recursos não estão a beneficiar as comunidades, mas sim as grandes companhias, que estão a usar os países africanos como uma plataforma de enriquecimento porque pouquíssimos países africanos fazem essas transformações dentro do próprio território”, notou Vunjane, que em Junho passado viu recusada a sua entrada no Brasil para participar na Cimeira Rio+20, um episódio que a imprensa daquele país relacionou com as críticas que o ambientalista ao serviço da Justiça Ambiental vinha fazendo à Vale Moçambique. Â

Fundo soberano de riqueza

Durante a conferência, que juntou representantes de vários países africanos, delegados das províncias, jornalistas e académicos, várias foram as contribuições e experiências sobre o que o país deve fazer para garantir uma indústria mineira transparente e com benefícios para o povo.

O incontornável académico, João Mosca, entende que o elemento mais importante para que haja bênção ou maldição dos recursos é sobretudo a governação e as políticas que os dirigentes de um país adoptam. Porque geralmente, em tempos de descobertas de riquezas, muitos países cometem o erro de esbanjar, alegando que vão pagar com os rendimentos dos recursos minerais no futuro, o economista deixou claro que isso é um erro, sobretudo, porque alguns produtos podem perder valor no mercado internacional e consequentemente o seu preço baixar.

“Espero que seja uma percepção errada, mas sinto que estamos a criar condições para que esta bênção da disponibilidade de recursos se transforme em maldição”.

Por seu turno, Hipólito Hamela, economista da Confederação das Associações Económicas de Moçambique, (CTA), propõe que Moçambique deve adoptar a criação de um Fundo Soberano de Riqueza a partir dos recursos da exploração de recursos minerais. Seguido por muitos países ricos com recursos minerais, o fundo soberano de riqueza permite a inclusão da população nos benefícios da exploração mineira e também serve para financiar o Orçamento do Estado.

“O Estado pode ir buscar o Fundo Soberano de Riqueza como encaixe para o Orçamento. No caso de não precisar, pode guardar o dinheiro em benefício das gerações vindouras”, disse, Hamela, antigo PCA do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), exonerado do cargo por uma alegada gestão pouco criteriosa.

Segundo Hamela, tanto o Fundo Soberano de Riqueza quanto a lei de conteúdo local estão em aplicação em vários países ricos em recursos e a resolver os problemas da população nesses países. Aliás, o economista recomenda que Moçambique aprenda dos erros e das conquistas dos outros países.

“Por exemplo, temos que ser capazes de dizer aos grandes empreendimentos, como a Vale, a ENI e a Anadarko, que daqui a 10 anos, queremos pelo menos 10% de conteúdo local; daqui a 15 anos, o conteúdo local tem de chegar a 15%, e utilizando mão-de-obra local”, sugeriu Hamela, que se debruçava sobre o tema “Receitas mineiras: como melhor distribuir?”.

Além disso, o Governo deve criar uma legislação que obrigue as multinacionais a adquirirem produtos nacionais nas suas operações (lei de conteúdo local), uma maneira de oferecer maiores oportunidades às Pequenas e Médias Empresas (PME) locais.

http://www.savana.co.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=1028:2012-11-12-12-07-46&catid=41:tema-da-semana&Itemid=53

